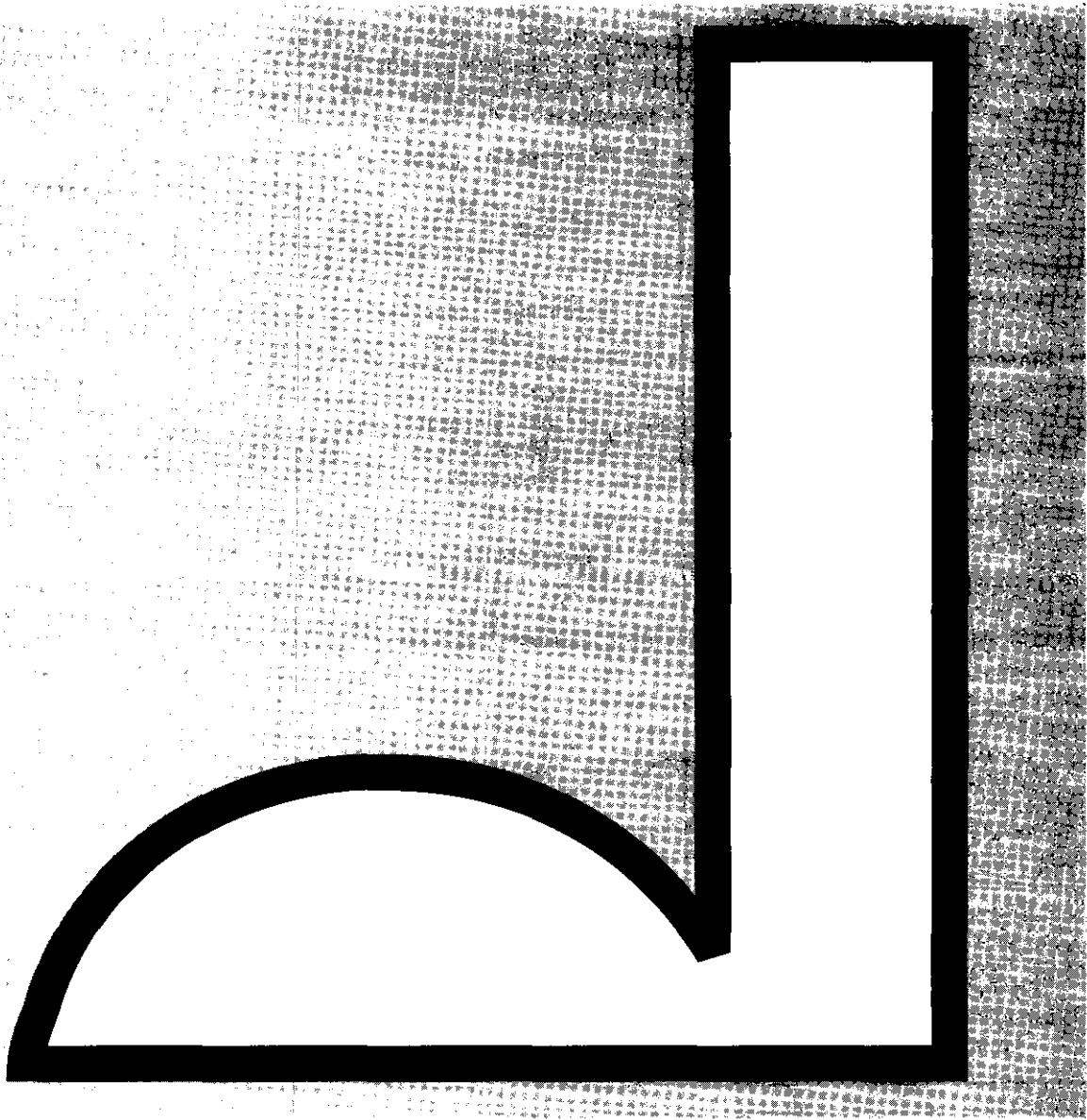




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA	
Presidente	
José Samey – PMDB – AP	
1º Vice-Presidente	
Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL	
2º Vice-Presidente	
Júlio Campos – PFL – MT	
1º Secretário	
Odacir Soares – PFL – RO	
2º Secretário	
Renan Calheiros – PMDB – AL	
3º Secretário	
Levy Dias – PPB – MS	
4º Secretário	
Ermandes Amorim – PMDB – RO	
Suplentes de Secretário	
Antonio Carlos Valadares – PSB – SE	
José Eduardo Dutra – PT – SE	
Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR	
Ney Suassuna – PMDB – PB	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
Corregedor	
(Eleito em 16-3-95)	
Romeu Tuma – PSL – SP	
Corregedores Substitutos	
(Eleitos em 16-3-95)	
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS	
2º Senador Joel de Holland – PFL – PE	
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE	
PROCURADORIA PARLAMENTAR	
(Designação: 16 e 23-11-95)	
Nabor Júnior – PMDB – AC	
Waldeck Ornelas – PFL – BA	
Emilia Fernandes – PTB – RS	
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES	
Lauro Campos – PT – DF	

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
Elcio Alvares – PFL – ES
Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB-DF
Vilson Kleinübing – PFL-SC
Ramez Tebet – PMDB-MS
Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR
LIDERANÇA DO PMDB
Líder
Jáder Barbalho
Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvan Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda
LIDERANÇA DO PFL
Líder
Hugo Napoleão
Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Holanda
Romero Jucá
LIDERANÇA DO PSDB
Líder
Sérgio Machado
Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB
Líder
Epitácio Cafeteira
Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin
LIDERANÇA DO PDT
Líder
Júnia Marise
LIDERANÇA DO PT
Líder
Eduardo Suplicy
Vice-Líder
Benedita da Silva
LIDERANÇA DO PTB
Líder
Valmir Campelo
Vice-Líder
Arlindo Porto
LIDERANÇA DO PPS
Líder
Roberto Freire
LIDERANÇA DO PSB
Líder
Ademir Andrade
LIDERANÇA DO PSL
Líder
Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal
CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf
JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata
DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL
Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 15ª SESSÃO NÃO-DELIBERATIVA, EM 26 DE JANEIRO DE 1996	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Comunicações da Presidência	
Recebimento do Ofício nº S/5, de 1996 (nº 273/96, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele Órgão, relativo à solicitação do Governo do Estado do Paraná, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná (LFTPR), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1996.....	01004
Recebimento do Ofício nº 270/96, de 25 do corrente, do Banco Central do Brasil, através do qual encaminha ao Senado relação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), autorizadas nos meses de novembro e dezembro de 1995. (Diversos nº 9, de 1996).....	01004
1.2.2 – Leitura de projeto	
Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1996, de autoria do Senador Nabor Júnior, que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade e dá outras providências.....	01004
1.2.3 – Requerimento	
Nº 34, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, solicitando ao Ministro do Trabalho informações que menciona.....	01006
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR JEFFERSON PERES – Protesto contra o desrespeito sistemático ao Regimento Interno durante as sessões. Insatisfação dos deputados federais com o Governo, influenciando na apreciação de matérias relevantes. As dificuldades para a aprovação do Orçamento de 1996...	01006
SENADOR JOÃO ROCHA – Apelo no sentido da viabilização do Projeto de Desenvolvimento de Hidrovias do rio Araguaia e rio Tocantins (PRODIAT), com o fim de escoar a produção da região Centro-Oeste.....	01010
SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Conseqüências nefastas ao setor produtivo brasileiro, em virtude da manutenção da política de juros altos.....	01015
SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Repúsa às declarações do Presidente do BNDES, Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, sobre a privatização da Petrobras.....	01018
SENADOR NABOR JÚNIOR – Justificando a apresentação, nesta sessão, de projeto de lei do Senado que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade, e dá outras providências.....	01019
SENADOR HUGO NAPOLEÃO – Participação de ministros na campanha eleitoral de 1996..	01020
SENADOR ROMERO JUCÁ – Comentários ao pronunciamento do Senador Ademir Andrade. Defesa das emendas individuais no Orçamento da União.....	01022
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SÉSÃO ANTERIOR	
Do Sr. Hugo Napoleão proferido na sessão de 25-1-96, que se repõe por haver saído com incorreções na anterior.....	01024
3 – ATO DO PRESIDENTE	
Nº 3, de 1996.	
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 83 (republicação), 113 e 114, de 1996.	
5 – ATA DE COMISSÃO	
Ata da 3ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 17 de janeiro de 1996....	01027
6 – MESA DIRETORA	
7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 15^a Sessão não-deliberativa, em 26 de janeiro de 1996

1^a Sessão Legislativa Extraordinária, da 50^a Legislatura *Presidência dos Srs. Nabor Júnior e João Rocha*

(Inicia-se a sessão às 9h)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº S/5, de 1996 (nº 273/96, na origem), encaminhando manifestação daquele Órgão, relativo à solicitação do Governo do Estado do Paraná, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná-LFTPR, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária, vencível no 1º semestre de 1996.

Esclarece, ainda, que a referida manifestação foi realizada com base na Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 270/96, de 25 do corrente, através do qual encaminha ao Senado relação das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) autorizadas nos meses de novembro e dezembro de 1995.

O expediente vai à Comissão de Assuntos Econômicos. (Diversos nº 9, de 1996).

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Sobre a mesa, Projeto de Lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Péres.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 16, DE 1996

Dispõe sobre a concessão de Seguro-Desemprego a seringueiro profissional durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O seringueiro profissional que exerce sua atividade de forma contínua, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, fará jus ao recebimento de seguro-desemprego, equivalente a um salário mínimo mensal, a ser concedido durante o período em que for impra-

ticável, desaconselhável ou improdutiva a exploração do látex.

§ 1º O seguro-desemprego a que se refere este artigo será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

§ 2º O período de concessão será definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, considerando os ciclos biológicos evolutivos da seringueira e as características climáticas regionais.

Art. 2º Para recebimento do seguro, o seringueiro deverá apresentar perante a entidade ou órgão responsável pela efetivação do pagamento:

I – prova de registro como seringueiro profissional no IBAMA, há, no mínimo, três anos;

II – atestado do Conselho Nacional dos Seringueiros ou do órgão do IBAMA, com jurisdição sobre a área de atuação do seringueiro, ou, havendo impossibilidade, declaração de autoridade judicial ou administrativa, na forma do Regulamento desta Lei, que comprove:

a) exercício da profissão na forma do art. 1º desta Lei;

b) renda familiar não superior a meio salário mínimo mensal.

Art. 3º Sem prejuízo das sanções civis e penais, todo aquele que fornecer ou beneficiar-se de atestado falso para a obtenção do benefício de que trata esta Lei, estará sujeito a;

I – demissão do cargo que ocupa, se servidor público;

II – suspensão de suas atividades profissionais, com cassação de seu registro no Ibama, por três anos, se seringueiro profissional.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Em todas as instâncias de poder a preservação do meio ambiente da Amazônia têm sido objeto de debates, preocupações, estudos e projetos. Infelizmente a mesma preocupação e o mesmo dispêndio de tempo e de recursos não são dispensados aos

seringueiros, cidadãos submetidos ao meio hostil e esquecidos na vasta região amazônica.

Os seringueiros, que já tiveram seu período áureo no ciclo da borracha, hoje vêem-se quase relegados ao esquecimento, distantes da assistência previdenciária e desassistidos de programas que efetivamente consigam preservar a sua saúde e ampará-los nas suas doenças.

Não bastassem estas vissitudes, estes trabalhadores enfrentam condições climáticas adversas que, combinadas como ciclo negativo da seringueira, tornam impeditivo, desaconselhável ou improdutivo o trabalho durante o período chuvoso. Ocorre que as águas pluviais, além de intervirem na canalização que direciona o látex às tigelas, diluem o conteúdo já armazenado nas mesmas. Além disso, as seringueiras necessitam de um período de repouso para concentrar esforço na emissão do fluxo de seiva para as copas, viabilizando, assim, a recuperação vegetativa com renovação da massa foliar.

Conhecedores da natureza, os seringueiros já adquiriram costume de suspender as atividades nessa fase do ano em atenção às necessidades de renovação da planta e em face das dificuldades para a retirada do látex.

Em consequência desta necessidade de paralisação, a renda familiar cai consideravelmente. Assim os seringueiros são instados a dedicar-se à extração de madeiras nobres (mogno, cerejeira, cedro etc.), colaborando, inocentemente e em face da necessidade de sobrevivência, no processo de extração ilegal de madeira. Desta forma, a preço vil, a natureza acaba sendo vítima da ausência de um mecanismo de segurança capaz de dar ao seringueiro uma renda mínima no momento em que está impedido de trabalhar.

Ainda mais, as áreas de preservação ambiental e as reservas extrativistas e indígenas, em consequência da extração de madeira, também acabam sofrendo o impacto das dificuldades enfrentadas pelos seringueiros (interessante observar que ao ser derrubada uma árvore de mogno, dado o seu porte, acaba levando ao chão várias outras de menor tamanho).

Diante do reconhecimento destas condições consideramos necessário conceder aos seringueiros (a exemplo do que a Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, faz com relação aos pescadores artesanais durante o período de defesa) o direito ao seguro-desemprego durante o período de impedimento da atividade. Este direito, nos termos do projeto de lei que ora apresentamos, destina-se a atender

àqueles que desempenham suas atividades continuamente, de forma individual, familiar ou associados em cooperativas, desde que não contratem terceiros.

Consideramos, também, que a concessão do seguro-desemprego aos seringueiros pode colaborar em, muito no sentido de evitar o êxodo rural destes trabalhadores, que, na atual situação de abandono, estão sendo induzidos a migrarem para as grandes cidades.

Expostas as razões que nortearam a apresentação da presente iniciativa, cremos ser medida de justiça a concessão do seguro-desemprego aos seringueiros e esperamos contar com o apoio de nossos colegas para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 1996. – Senador Nabor Júnior.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e dá outras providências.

LEI Nº 8.287, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 38, DE 10 DE MARÇO DE 1993

Altera o art. 4º e seus parágrafos da Resolução nº 25, de 11 de março de 1992, relativa à alteração do prazo para o pescador artesanal requerer o Seguro-Desemprego.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 11 DE MARÇO DE 1992

Estabelece critérios para a concessão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais durante os períodos de de-

feso, instituído pela Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

**RESOLUÇÃO Nº 67, DE 28
DE SETEMBRO DE 1994**

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, no uso da competência contida no inciso V, do artigo 19, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, resolve:

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O projeto será encaminhado à comissão competente.

Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jefferson Peres.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 34, DE 1996

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Excentíssimo Senhor Ministro do Trabalho informações a respeito das providências que estão sendo tomadas, no âmbito daquele órgão, a propósito da entrada em vigor, no dia 5 de janeiro de 1996, da Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho, da qual o Brasil é signatário, e que estabelece uma série de restrições para que os patrões possam demitir empregados.

Justificação

A imprensa tem noticiado divergência de opinião entre os juristas sobre a entrada em vigor da Convenção 158 da OIT e os problemas que ela poderia acarretar nas relações patrão/empregado.

Alguns pensam que o decreto legislativo que aprovou o texto convencional, no fim do ano passado, é suficiente para dar-lhe vigência; outros insistem na necessidade de um decreto de promulgação pelo Executivo, e não faltam também aqueles que afirmam que pelo art. 7º, I, da Constituição Federal, só uma lei complementar poderia disciplinar demissões de empregados.

Segundo o **Correio Braziliense**, de 29 de outubro último:

Governo, empresários e sindicatos vêm tratando o assunto com um solene distanciamento, como se o problema não existisse.

Até agora, praticamente dois meses antes da entrada em vigor das novas normas, o Ministério do Trabalho não solicitou aos membros da Comissão Permanente de Direito Social que façam uma análise da convenção e que proponham opções para ajustá-la à realidade atual ou formas para poder contorná-la legalmente.

Ora, como o mesmo periódico antevê sérios conflitos a serem solucionados em tribunais do trabalho e juntas de arbitragem, julgo necessário enviar ao Ministério do Trabalho este requerimento de informação.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 1996. – Senador Júlio Campos.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento lido será encaminhado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III, do art. 216 do Regimento Interno.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES (PSDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu deveria ter usado da palavra ontem, inscrito que estava, mas não pude fazê-lo porque Líderes que deveriam ocupar a tribuna por 5 minutos o fizeram por 15, e Senadores que deveriam falar por 20 minutos falarão 30 ou 40 minutos. Simplesmente, o tempo destinado pelo Regimento aos oradores não vem sendo cumprido nesta Casa, Sr. Presidente, o que é lamentável, porque não pode merecer a estima da sociedade uma Casa Legislativa que não consegue cumprir sequer a sua lei interna.

Deixo registrado nos Anais o meu protesto, Sr. Presidente, contra esse desrespeito sistemático ao Regimento, que, a continuar, vai transformá-lo numa peça ornamental desta Instituição.

Sr. Presidente, bem a propósito aliás, o que me traz a esta tribuna é o comportamento dos integrantes da classe política brasileira, em particular de Congressistas. Na semana passada, o Governo Federal sofreu o que se costuma chamar de uma der-

rota frigorosa na Câmara dos Deputados, quando o projeto que institui o desconto para os inativos foi rejeitado por mais de 300 votos. Aparentemente, um fato auspicioso, na medida em que revelaria a independência do Poder Legislativo perante o Executivo. Mas só aparentemente, Sr. Presidente, se a razão determinante dessa rejeição fosse o interesse público. Mas não foi. Infelizmente, como costuma acontecer, foram motivos subalternos que levaram o Governo à derrota.

A imprensa, ao comentar o episódio, revela que ruralistas insatisfeitos com a política de reforma agrária, 'Deputados da Bancada da Amazônia revoltados com os cortes feitos na Zona Franca, pedidos não atendidos de socorro ao setor sucroalcooleiro e irritação com as nomeações ou não nomeações para cargos federais, tudo isso levou os Deputados descontentes a formarem um exército de 306 votos.

O protesto da base governista não se concentrou em um partido, Estado ou grupo. O recado foi geral. Os parlamentares não estão satisfeitos e querem ver seus pedidos atendidos.

O Líder de um partido ameaçou até renunciar ao cargo, por não ter conseguido nomear um afiliado para um cargo federal em seu Estado. Ao comentar a votação, assim se expressou:

" - A base escolheu uma votação para protestar. Isso pode ser resolvido com o atendimento dos pleitos..."

Pobre é o país, Sr. Presidente, ém quē legisladores votam pela aprovação ou rejeição de projetos na medida em que o Governo atende ou não às suas demandas.

O Presidente da Câmara dos Deputados, Luis Eduardo, foi feliz quando, ao interpellar um Deputado sobre o seu voto e esse Parlamentar admitiu que votou contra o Governo em protesto, porque um pedido seu, para nomeação de um apaniguado, não fora atendido, disse-lhe: - Se V. Ex^a está descontente com o Governo, com o atual governante, com o Presidente da República, vote contra, manifeste o seu protesto, por exemplo, votando contra a reeleição do atual Presidente da República. Mas não vote contra um projeto que é do interesse do País.

Não conheço forma mais canalha de um Deputado protestar contra o Governo - eu, que tenho criticado o Governo tantas vezes - do que fazê-lo por interesse contrariado. Isso não tem cabimento!

Como se não bastasse, assistimos, na semana passada, à demissão do Presidente de um órgão público, a CONAB. Por que foi demitido? Como a imprensa noticiou fartamente, porque, segundo denún-

cia por ele feita - e até aqui não contestada -, o Partido que o indicara queria anistiar as dívidas dos armazenadores por desvios de alimentos, até mesmo as que estão na Justiça.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, milhares de toneladas de grãos armazenados pelo Governo para fazer uma política compensatória, reguladora - com o despejo desses estoques no mercado com o intuito de evitar, nas conjunturas de escassez, a especulação com preços - foram desviadas. Isso é crime e os responsáveis deveriam responder civil e penalmente.

No entanto, segundo noticiário não desmentido até hoje pelos dirigentes do Partido nem pelos seus representantes nesta Casa, o Presidente da CONAB, porque foi contra a anistia ou um parcelamento de amigos, um parcelamento camarada dos débitos dos responsáveis, foi simplesmente demitido.

Lamento profundamente que o Governo Federal, do meu Partido, que está no poder, se curve a pressões desse tipo: em primeiro lugar, aceitando a indicação, pois não deveria fazê-lo. Sou membro do PSDB e na minha campanha eleitoral declarei que não indicaria ninguém para cargos federais no Estado. Não indiquei. Não pedi a Ministro nenhum e nem vou pedir. Sou contra, radicalmente contra. Posso parecer até um E.T. em política, talvez o seja, mas cargos públicos devem ser preenchidos pelo sistema de mérito, não por indicações políticas.

Essa prática precisa terminar no País. A administração pública tem que ser profissionalizada, como na França, e ser preenchida pelos melhores. No entanto, fatos como esse continuam a acontecer!

O Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, foi rudemente atacado por um Deputado, seguidamente pela imprensa. Razão dos ataques: o Deputado tivera, há tempos, um seu indicado para o Aeroporto de Cumbica, envolvido em irregularidades, demitido, e agora não conseguiu fazer o nome que indicara para uma dessas "teles" dos Estados. Por isso investiu, de forma injuriosa, contra o Sr. Ministro, a quem inclusive já critiquei aqui exatamente por isso, porque atendeu a indicações políticas para o preenchimento de direções das telefônicas estatais.

Sr. Presidente, como se não bastasse, há esse episódio ontem abordado aqui no plenário, das emendas ao Orçamento, da elaboração do Orçamento Federal. O ilustre Senador Josaphat Marinho, a quem muito prezo e que merece e tem o respeito de toda esta Casa, pela sua cultura jurídica e pela sua postura de seriedade, timbrou, a meu ver equivocadamente, em defender as emendas individuais.

Sr. Presidente, sou contra emendas individuais ao Orçamento.

A Folha de S. Paulo de hoje, sob o título de "Novela Sem Fim", diz o seguinte:

Na área de transportes, comunicações, ferrovias e portos, cuja verba é de R\$320 milhões, foram apresentadas 1.118 emendas no valor de R\$11 bilhões.

O Sub-Relator, Deputado Saraiva Felipe, sofreu tantas pressões que simplesmente decidiu dividir a verba disponível para estradas pelos Congressistas. Resultado: cada Parlamentar terá direito a R\$200 mil, o suficiente apenas para a conservação de 2 quilômetros de estrada.

Embora essa pulverização de recursos seja inadmissível, a atitude de Felipe coloca, de forma eloquente, o ridículo que se tornou a questão das emendas ao Orçamento.

O jornal não exagera, Sr. Presidente. Votação e execução de Orçamento no Brasil tornaram-se uma das missões mais sérias do Congresso Nacional; tornou-se algo simplesmente ridículo.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PERES - Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Epitacio Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Nobre Senador Jefferson Péres, acompanhei o pronunciamento do Senador Josaphat Marinho, que defendeu a participação do Congresso na elaboração do Orçamento. Aqueles que fazem o Orçamento não têm nenhum vínculo com a nossa terra, não sabem os problemas que estão a grassar nos Estados e Municípios. Vivi aqui, nobre Senador, um dos períodos mais tristes do Congresso brasileiro; foi o período da chamada Revolução, que nada mais era do que o regime fechado, onde era proibido fazer qualquer alteração ou qualquer emenda ao Orçamento. Nunca me senti tão impotente! Inclusive, na capa do meu livro de discursos havia o Congresso Nacional, sob o título: "Onde se pode dizer, mas não se pode fazer". V. Ex^a está defendendo a tese de que devemos voltar a ser uma Casa onde se pode dizer, mas não se pode fazer. Reconheço que existem muitas emendas puramente eleitoreiras; reconheço que existem muitos Parlamentares que fazem emendas destinadas não apenas ao seu município, mas até ao prefeito do mesmo, que é seu correligionário. Isso não discuto. A CPI do Orçamento foi a vergonha a que assistimos: uma parte foi apurada e a outra foi guardada na gaveta, porque não devia ir para frente. Mas, de qualquer maneira, quero dizer a V. Ex^a que sou dos

Parlamentares que têm a aprovação do **minimum minimorum**. Ninguém tem um número de aprovação de emendas menor do que o meu, mas, mesmo assim, continuo a defender a sua existência. Amanhã, relatores vão querer aprofundar-se no seu conhecimento. Veja V. Ex^a que o cidadão do Rio Grande do Sul ou de São Paulo é quem está opinando sobre as emendas para o Amazonas ou para o Maranhão, ou para o Tocantins, sem conhecer absolutamente nada sobre o mérito. Normalmente, apresento emendas para o Hospital da Universidade do Maranhão. Peço R\$2 milhões e são aprovados R\$100 mil. Essa é a tristeza que levo comigo. E, às vezes, embora reduzida, a emenda não é liberada; fica presa num tal contingenciamento. Mas ninguém há de me ver pelos Ministérios pedindo a liberação dessas verbas. Faço o meu papel de Parlamentar e quero sempre estar longe do varejo. Mas desejo continuar participando da formação do Orçamento da República. Estou acompanhando o discurso de V. Ex^a e concordei com quase tudo o que disse. Mas, em relação ao apoio em troca de nomeação, ao qual V. Ex^a se referiu, digo-lhe que nunca fiz nomeações. Mesmo no meu Estado, não existe uma pessoa sequer nomeada a pedido do nosso grupo político. Estou de acordo com V. Ex^a, mas permita-me discordar dessa referência que fez. Deixe-nos viver na democracia e não retornar ao que foi para nós uma ditadura, em termos de participação do Congresso.

O SR. JEFFERSON PERES - Eminent Senador Epitacio Cafeteira, ouvi o seu aparte com respeito, mas não o acolho, porque V. Ex^a me atribui uma tese que não levantei e não sustento.

In medio est virtus, diziam os romanos: no meio está a virtude. Entre a castração do Congresso, que ocorreu no regime autoritário e impedia os Senadores e Deputados de apresentarem emendas ao Orçamento, os quais tinham de engolir um Orçamento imposto, e o extremo oposto atual, que é uma bagunça formada pelas 10.000 emendas apresentadas, paroquiais e personalistas, tendentes a desfigurar o Orçamento, entre esses dois extremos, fico no meio, Senador Epitacio Cafeteira.

Não estou defendendo um papel subalterno do Congresso. O que entendo, juntamente com a tese defendida pelo Senador José Roberto Arruda, é que muito mais legítimas são as emendas coletivas, das bancadas estaduais e regionais, das comissões temáticas do Congresso, porque representam, Senador Epitacio Cafeteira, o consenso das bancadas e das comissões. Foram discutidas democraticamente

em seu seio, reduzem consideravelmente o número de emendas e evitam a desfiguração da peça orçamentária, que, como disse o Senador Josaphat Marinho, é a mais importante lei do País. O Orçamento representa um plano de Governo, Sr. Presidente.

O que é o ato de governar? O Orçamento é a essência do ato de governar; prevê a arrecadação de tributos arrancados da população - que, querendo ou não, tem de pagá-los - e a maneira de gastá-los, distribuí-los. Governo é isso, Sr. Presidente; existe para isso. No entanto, permite-se que Deputados e Senadores apresentem 10 mil emendas e pressionem o relator para que as aprove, deixando os relatores numa situação de extremo constrangimento. Como negar, como decidir se a emenda do Senador Cafeteira é melhor que a do Senador Jefferson Péres ou a do Maranhão é melhor do que a do Amazonas? Como resistir a isso?

Logo em seguida, na segunda fase, quando as emendas são aprovadas e inseridas no Orçamento, o Ministro do Planejamento, do Governo Federal, sofre pressão para que a verba seja liberada. E, se assim não ocorrer, o Parlamentar vota contra o Governo e derruba vetos como esse dos inativos.

Isso tem que acabar, isso precisa acabar ou, então, esse Parlamento não vai merecer o respeito da sociedade, Senador Cafeteira.

O SR. Epitacio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PERES - Concedo-lhe um aparte, Senador Epitacio Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Nobre Senador Jefferson Péres, quero dizer a V. Ex^a que temos que olhar o universo, o universo de Parlamentares. Somos quase 600. Ficou resolvido que cada um apresentaria 20 emendas. Já houve uma diminuição.

O SR. JEFFERSON PERES - Já foi um avanço!

O Sr. Epitacio Cafeteira - Vinte emendas, em 600, são 12 mil - queiramos ou não, a matemática nos mostra que o número é esse. Depois dessas 12 mil emendas, a Comissão disse que somente 5 eram prioritárias. Cada Parlamentar dizia cinco e caiu então para 2.500 emendas. São duas mil e quinhentas emendas, nobre Senador, e ninguém me viu na Comissão de Orçamento. O que saiu foi um parto de montanha. Saiu coisa alguma; saiu isso que V. Ex^a diz: cada Parlamentar tem direito a aprovar R\$200 mil. Para que servem R\$200 mil, nobre Senador? Para coisa alguma. Melhor seria não ter dado coisa alguma, porque pelo menos estaria registrado o desejo do Parlamentar, de levar melhoria para a

sua região. Penso que o Congresso ainda não deu o valor que o Orçamento merece, tanto que ainda não o votou. Já estamos no ano de 1996 e não temos Orçamento. E não sabemos quando vamos ter. Há necessidade de uma maior conscientização em relação a essa situação. O Governo tem que, pelo menos, ouvir. O Ministro deve abrir as portas para ouvir os Parlamentares do Estado, ver o que é prioritário e mandar pelo Orçamento, dentro do plano de Governo, um aceno, uma verba que possibilite que façamos aquilo que é essencial para o Estado que representamos. Estou de acordo com V. Ex^a. Perdoe-me se interpretei-lhe mal o pronunciamento, mas quero continuar a participar, dar palpites na elaboração desse Orçamento. Recuso-me sistematicamente a participar dessa Comissão de Orçamento porque sei que se trata daquilo que vimos na CPI do Orçamento - não digo que continua sendo. No entanto, ainda estamos sendo maltratados pela CPI do Orçamento e pelo próprio Ministério, mediante o tal contingenciamento da verba. Não sou advogado de porta de Ministério para soltar verba. Ninguém jamais terá oportunidade de falar isso do representante do Maranhão. Faço questão de apresentar a minha sugestão e de, daqui desta tribuna, defender o meu Estado.

O SR. JEFFERSON PERES - Continuamos a divergir democraticamente, Senador Epitacio Cafeteira. A meu ver, esse sistema é perverso na medida em que obriga o Parlamentar a apresentar emendas, ainda que não o queira fazer. Fui obrigado a apresentar vinte emendas individuais. Por que, Sr. Presidente? Porque como todos os Parlamentares do Estado do Amazonas apresentam emendas, se eu não o fizesse, a estatística divulgada na imprensa de Manaus seria suficiente para que eu fosse crucificado como inimigo do meu Estado, Sr. Presidente. Eu seria considerado desidioso pelo fato de não me ter valido de uma faculdade que me permite o acordo de lideranças: apresentar as vinte emendas. Simplesmente essas emendas deveriam ser proibidas. Nenhum Deputado ou Senador - desculpe-me Senador Epitacio Cafeteira - deveria apresentar emendas individuais; apenas as emendas coletivas. Orçamento é coisa séria, é plano de Governo; deve estabelecer prioridades à luz dos interesses maiores do País, e não de interesses - repito - paroquiais e personalistas.

O sistema atual não contribui para que a imagem do Congresso melhore perante a sociedade. Episódios explícitos de fisiologismos, como esse que citei, episódio de chantagem com o Governo federal por pleitos não atendidos. Nunca fiz pleito algum ao

Governo federal. Sou do PSDB e não devo nada a Ministro algum. Não quero nada, nem mesmo Ministro em meu palanque - o que é outra discussão paroquial ridícula.

Querem me fazer Prefeito de Manaus, Sr. Presidente. Estou decidindo se aceito ou não, apesar de estar em primeiro lugar nas pesquisas. Se eu for candidato a Prefeito, não quero Ministro em meu palanque! Não me ajuda em nada. Não preciso de ministro para ter voto! Devo ter luz própria e obter voto pela minha atuação, pelo que sou e pelo que meu Estado sabe que sou. Não postularei voto amparado nas muletas de Ministro algum.

O SR. Epitacio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PERES - Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - A Mesa solicita ao Senador Epitacio Cafeteira que seja breve, pois o orador já está com seu tempo esgotado.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Vou encerrar, nobre Senador Jefferson Péres, dizendo que essa prática é muito interessante em Estados onde as Bancadas podem sentar-se para reunir e programar. Infelizmente em meu Estado a política é outra. As emendas por mim apresentadas não teriam o apoio do outro grupo que conosco mantém divergências, mas divergências que não são ideológicas. Tanto não são ideológicas que eu e o Presidente Nabor Júnior éramos do MDB da resistência, do MDB que não podia falar, daquele cujos membros corriam o risco de ser cassados, exilados, de perder o mandato. Mas quem estava exatamente na Presidência do outro Partido é hoje o maior Líder do PMDB, Senador José Sarney, Presidente efetivo do Senado. Estamos, então, em campos opostos. Não diante de ideologias opostas, mas de políticas opostas e talvez até apenas de uma luta contra o caciquismo.

O SR. JEFFERSON PERES - Muito obrigado. Encerrando, Sr. Presidente, o tudo que acabo de fazer infelizmente é o retrato da maioria da classe política deste País.

Nasci Dom Quixote e vou morrer Dom Quixote. Vou, até o fim da vida, permanecer buscando a utopia de que política deve ser um espaço em que as pessoas se elegem para defender única e exclusivamente o interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha.(Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador João Rocha.

O SR. JOÃO ROCHA (PFL-TO. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quando, há cerca de vinte anos, firmou-se a consciência de que o solo do cerrado, trabalhado em uma agricultura moderna poderia ser uma fértil fonte de riqueza para o País, passou-se a ver com novos olhos o destino das vastas extensões que se desdobram em nosso Centro-Oeste e do Centro-Oeste para o Norte.

O sucesso da implantação da soja no Centro-Oeste, o rápido desbravamento das regiões mais ao norte, na área de influência do Araguaia e do Tocantins, por força da pujança da atividade pecuária e do interesse nas riquezas minerais, alertaram o País para a importância de ações deliberadas e coordenadas, por parte do Poder Público, para incentivar esse desenvolvimento, para canalizar essas energias criativas.

Passou-se a perceber que a promoção articulada de diversos projetos setoriais, apoiando-se mutuamente, teria um efeito sinérgico, amplificador, acima da mera soma de iniciativas isoladas. Assim, a mineração, os meios e vias de transportes, a pecuária, o cultivo de grãos, a energia elétrica e outros, desenvolvendo-se simultaneamente e harmonicamente, estimulariam uns aos outros, viabilizar-se-iam individual e conjuntamente.

De todas as atividades merecedoras de estímulo em um programa de desenvolvimento, a atividade-chave é, sem dúvida, o transporte. A riqueza produzida no coração do continente sul-americano precisa de caminhos para ser escoada e chegar aos centros de consumo. Precisa principalmente de vias de transporte para alcançar os portos marítimos de exportação, já que se trata de produtos altamente demandados pelos mercados internacionais.

Desde cedo portanto planos, cogitações e estudos que se fizeram a respeito do desenvolvimento dessas grandes extensões de território brasileiro tiveram sempre uma preocupação central: implantar uma espinha dorsal de transporte no coração da região, que se estendesse de norte a sul, permitindo que a produção trazida a essa via principal pudesse atingir portos do Pará ou Maranhão, num extremo, e, no outro, no sul da região, utilizando a malha viária já existente na Região Sudeste, pudesse escoar-se pelos seus vários portos de exportação.

O chamado Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, Prodiat, foi um estudo que se desenvolveu no início dos anos 80, sob a orientação de ação desenvolvimentista in-

tegrada, a ser dirigida pelo Poder Público. O Prodiat, projeto federal com a participação dos Estados da região, conduzido por excelente e bem-estruturada equipe técnica, procedeu a um extenso levantamento da vasta região sob a influência e atravessada pelos dois gigantes, o Araguaia e o Tocantins.

O Prodiat examinou tudo: potencial de mineração, potencial de pecuária, de cultivo de grãos, de desenvolvimento rural e urbano, de energia, de turismo, de rede de transporte e de industrialização.

O Prodiat centrou seu projeto de desenvolvimento em torno da idéia de navegação fluvial pelo Araguaia e Tocantins. Essa navegação é possível e natural em muitos trechos e viabilizável em toda a extensão desses rios por meio de desenvolvimento de uma hidrovia. Isto é, por meio de obras localizadas que permitam a navegação comercial contínua rio abaixo e rio acima. Como se sabe, o transporte hidroviário custa, em princípio, bem menos do que o ferroviário, e este bem menos do que o rodoviário.

O grande impasse da produção no interior profundo do Brasil está na quase inviabilidade econômica de transportar produtos para fora e para dentro da região, usando rodovias e caminhões. O custo do frete rodoviário torna antieconômicas as opções comerciais, dificultando o desenvolvimento da região.

Os estudos do Prodiat concluíram pela viabilidade de um conjunto de subprojetos econômicos, de grande significado e dimensão, a serem implantados por meio de um esforço de dez anos a ser conduzido pelo Poder Público. A proposta do programa se inspirava em precedentes bem-sucedidos em outros países, como foi o desenvolvimento integrado dos vales do São Lourenço, do Reno, do Ródano, do Danúbio, do Volga. O principal exemplo, evocado à época, era o desenvolvimento da região do rio Tennessee, pelos Estados Unidos, nos anos trinta. Lá, uma série de barragens viabilizou a navegação, a irrigação, a energia elétrica. Outras ações de promoção da região do Tennessee conseguiram, no conjunto dessas providências, levar um formidável progresso à grande área abarcada pelo projeto.

No entanto, o próprio fato de o Prodiat constituir-se um megaprojeto governamental colocou uma série de dificuldades à sua implementação. A navegação fluvial contínua, na total extensão do Araguaia-Tocantins, para viabilizar-se, exige obras importantes, principalmente a barragem de Santa Isabel e a grande eclusa de Tucuruí, para superar as corredeiras ao norte de Xambioá e o desnível da barragem que forma o grande lago de Tucuruí. O Prodiat assegurava retorno vantajoso aos investi-

mentos governamentais e privados previstos, investimentos esses que totalizavam recursos bem inferiores ao aporte que o Tesouro Nacional transfere atualmente ao sistema financeiro privado.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOÃO ROCHA - Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Epitacio Cafeteira - É impressionante como esta Casa, que tem uma maioria absoluta de representantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, se limita a aprovar as coisas que desenvolvem o Sul, mas não desenvolvem as outras Regiões. Não digo isso porque represento o Maranhão, mas porque é preciso atentarmos para o desenvolvimento de uma região inteira. Daqui a alguns dias, farei um pronunciamento, onde mostrarei um país da dimensão continental como o Brasil que só tem como porta de entrada São Paulo. Quem vem ao Brasil tem que descer em São Paulo para depois ir ao Tocantins, ao Maranhão ou ao Pará. Na hora de deixar o País rumo ao Hemisfério Norte, tem-se que voltar a São Paulo. V. Ex^a já imaginou se só se pudesse entrar nos Estados Unidos por Nova Iorque, Miami ou Los Angeles? Lá existe uma porção de aeroportos que facilitam o acesso de entrada e saída da América do Norte. Aqui não. Os Estados do Norte e do Nordeste estão condenados a não receber o turista. O turismo no Brasil deve ser piada, porque se limita a uma empresa subordinada a um Ministério, que nos deixa a sensação clara, quando viajamos para o exterior, de que o Brasil não existe. A CNN tem um horário com notícias só de Buenos Aires. Lá no Hemisfério Norte eles pensam que Buenos Aires é uma espécie de sede da América do Sul. O Brasil não existe para quem vê televisão. V. Ex^a coloca muito bem esse ponto quando fala do potencial do cerrado. Nobre Senador, o melhor Porto do Brasil é o de Itaqui, no Maranhão, o qual é dragado pela própria maré. No Maranhão, a maré sobe sete metros. Quando sobe, represa o rio; quando desce, leva a água do rio, que foi represada, e percorre, com grande correnteza, passando pelo Porto de Itaqui, limpando-o. Quando o Senador José Sarney foi Presidente da República, S. Ex^a, timidamente - creio eu -, porque diziam que S. Ex^a não havia sido eleito e que foi o destino que o colocou na Presidência do Brasil - governou o País sem olhar para as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Só muito tarde S. Ex^a iniciou a construção da Ferrovia Norte-Sul. Não tenho dúvidas de que a Norte-Sul será o suporte, o esteio do Prodiat, já que vai levar a um porto que pode ser utilizado não só pelas suas qualidades, mas até por

estar mais perto da Europa, dos Estados Unidos, enfim, por estar mais perto do mundo. Mas fazem questão de levar para Tubarão, para Santos, para Paranaguá, onde há excesso de produtos para exportação. Nobre Senador, precisamos nos unir para cuidar do desenvolvimento dessa região, onde devemos fazer um somatório de tudo isso que V. Ex^a está falando, para que possamos projetar uma ferrovia que realmente leve a um porto como o de Itaqui, que certamente contribuirá para o desenvolvimento de toda essa região. Não temos sequer - como disse inicialmente - oportunidade de ver o turista entrar por nossa região. Não temos, em Recife, nem no Maranhão, nem em Fortaleza, nem em Belém, nenhum contato com o mundo exterior. É preciso que exijamos do Presidente da República um maior interesse por essa região, que faça por ela, por exemplo, um sinal de agrado como o que fez para Rio de Janeiro quando lá esteve. É preciso que Sua Excelência vá - eu recomendaria àqueles que o levarem para não lhe prepararem aquela buchada de bode, porque se não o Presidente não voltará mais -, temos que recebê-lo e mostrar-lhe que também estamos em condições de mostrar um Brasil moderno. A capital do Estado do nobre Senador Jefferson Péres - que talvez vá dirigir como Prefeito, e talvez um Prefeito perfeito - seria um ponto de entrada maravilhoso. Mais do que a Zona Franca de Manaus, pela Amazônia, pela floresta, eu não tenho dúvida de que Manaus, na realidade, seria um grande atrativo turístico do mundo inteiro. Mas não existe linha regular! Só nos fretamentos. Mas congratulo-me com V. Ex^a, nobre Senador João Rocha, pelo carinho que sempre tem demonstrado, em todas as oportunidades, por essa região na qual as raízes de V. Ex^a estão enterradas, por essa região que, não tenho dúvida, está também com as raízes enterradas no coração de V. Ex^a. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO ROCHA - Nobre Senador, muito obrigado pelo aparte de V. Ex^a, que vem valorizar o nosso pronunciamento. V. Ex^a colocou bem claro que realmente, a partir deste momento, precisamos nos unir, buscar soluções práticas e objetivas, prioridades para as Regiões Norte e Nordeste do nosso País.

Como acabamos de colocar, o aporte de recursos para o sistema financeiro internacional, que vem sendo feito praticamente há três décadas, só esse aporte que foi feito agora para dois sistemas financeiros - Banco Nacional e Banco Econômico - dá exatamente quatro ferrovias Norte-Sul e mais a hidrovia, numa extensão de 2 mil quilômetros, chegan-

do até o porto de Belém. Então, veja V. Ex^a que não estamos priorizando o País. Estamos priorizando regiões. Mas ontem coloquei aqui, num aparte, que somos unidades federadas e não só um país independente - Manaus não quer ser um país independente, assim como o Tocantins e o Maranhão também não querem. Então, a partir do momento que somos unidades federadas, temos que cuidar dos equilíbrios e dos desenvolvimentos regionais. Se as Regiões Norte e Nordeste do País representam mais de 60% da área territorial do Brasil, por que não queremos que ela se expanda? Por que não queremos essa marcha para o oeste? Está havendo um erro.

Então, continuando, Sr. Presidente, nobre Senador Epitácio Cafeteira, o Brasil, justamente nessa época, época em que começamos a estudar e a viabilizar as potencialidades através do Prodiat, tomava consciência também de uma crise econômica que estava chegando. A idéia dos megaprojetos governamentais, que havia empolgado o País nos anos 70, era agora pouco apoiada. Por quê? Porque, ao invés de buscarmos soluções objetivas e claras, buscamos megaprojetos para megausinas. Tudo no País tinha que ser grande, e o povo exigia soluções modestas e que realmente trouxessem benefícios imediatos. Então foi o grande erro do País. Tudo que fizemos, esse mundo de obras inacabadas, tudo, não foi pensando no desenvolvimento do País, foi pensando em como gerar corrupção maior. Penso que a definição mais plausível seria essa.

Os estudos do Prodiat deixaram um grande acervo de conhecimento, de idéias e de esperança para a região e para o País, mas, por falta de vontade política, não houve condições de executar o projeto.

Na segunda metade da década de 80, no Governo Sarney, a idéia de se prover a região de uma espinha dorsal de transporte no sentido norte-sul encontrou um novo enfoque, uma nova definição. O Governo Sarney formulou projeto da Ferrovia Norte-Sul que, embora estimada em cerca de dois bilhões de dólares, podia ser executado por trechos, gradualmente, e se articulava com o projeto já concluído da Vale do Rio Doce, Carajás, e sua ferrovia que leva até São Luís. Como no caso da opção de navegação pelo Araguaia-Tocantins, os Estados mais diretamente beneficiados seriam Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins e Goiás.

Também a Ferrovia Norte-Sul deparou-se com oposição de interesses econômicos e com falta de vontade política para sua execução. É possível que

se tenha cometido o erro, na ocasião, de enfatizar excessivamente o papel da Ferrovia Norte-Sul como obra de redenção de uma região do País, ao invés de apresentá-la como uma grande via de transporte a serviço de todo o Brasil. No seu extremo sul, cogitava-se, para a ferrovia, de vários pontos opcionais de articulação com a rede de transportes nacional: em Anápolis, em Brasília, em Pirapora.

Chegou a ser executado um relevante trecho da Ferrovia Norte-Sul, o que vai de Açaílândia a Imperatriz, ambas no Maranhão. O Ministério dos Transportes do Governo Fernando Henrique incluiu em suas metas a complementação de mais um trecho, o que vai de Imperatriz a Estreito, estendendo-se, pois, para o sul, ao longo do Tocantins. Esse trecho adicional abre perspectivas muito importantes, que abordarei adiante.

Nos últimos dois anos, após um período de paralisa no que diz respeito à formulação de uma espinha dorsal de transporte Centro-Oeste/Norte, houve uma evolução positiva que deve favorecer muito acentuadamente o desenvolvimento de uma região. Trata-se de uma idéia muito pragmática: o uso misto de navegação fluvial, rodovia e ferrovia, que vem sendo defendido e implementado sob a estímulo da Companhia Vale do Rio Doce. O Ministério dos Transportes testou essa solução no ano passado, por meio de um comboio fluvial experimental, com pleno sucesso. A solução utiliza os trechos naturalmente navegáveis e as obras de transporte já prontas. Estados e prefeituras da região vêm apoiando, com meios modestos, mas decisivos, essa iniciativa do Governo Federal e da Vale do Rio Doce.

O Sr. Leomar Quintanilha - Senador João Rocha, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOÃO ROCHA - Com o maior prazer, nobre Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha - Senador João Rocha, quero associar-me ao raciocínio que V. Ex^a tão oportunamente traz a esta Casa, enfatizando os níveis da extraordinária desigualdade social que experimentamos neste País. É muito fácil verificar que a estrutura de aporte ao desenvolvimento das Regiões Sul e Sudeste, expressada nas suas malhas rodoviária, ferroviária e hidroviária, na sua estrutura energética e nos diversos segmentos que foram ali instalados, não se formou num passe de mágica, mas à custa de vultosos recursos nessas regiões. O progresso e os níveis de desenvolvimento que essas regiões alcançaram foram em razão desses vultosos recursos ali aplicados, na sua grande maioria subsidiados. E é incompreensível a resistência por parte das lideranças dessas regiões. A implantação da in-

fra-estrutura nas Regiões Norte, Nordeste, pobres, desamparadas, onde o cidadão brasileiro, que por força constitucional, ou pela sensibilidade humana, deveria ter o mesmo tratamento, não o tem. Por essa razão a implantação, como V. Ex^a bem enfatiza, do sistema hidroviário, nessa região de enorme extensão, e o sistema ferroviário só viriam minimizar os efeitos nefastos dessas desigualdades sociais e econômicas. Portanto, como aqui se manifestou o Senador Epitácio Cafeteira, tenha certeza, nobre Senador João Rocha, estaremos solidários e juntos nessa luta, para que o Brasil seja um Brasil de todos, para que o desenvolvimento nele aconteça de forma igual.

O SR. JOÃO ROCHA - Agradeço o aparte de V. Ex^a, que também pela experiência, pelo crescimento da Região, que muito valoriza o nosso Estado como Senador, tenho certeza de que unidos, Tocantins, unidos os Estados das Regiões Norte e Nordeste, possamos fazer com que o Brasil nos ouça e sinta que realmente a preocupação nossa é de integração, de desenvolvimento integrado do País, e não de desenvolvimento isolado.

No ano de 1995, o esquema passou a operar comercialmente. Entre outubro e maio, o Araguaia é navegável, desde Barra do Garças. O rio das Mortes, seu afluente pela margem esquerda, que penetra no sul de Mato Grosso, é nevagável desde Nova Xavantina. Para se ter uma idéia de quão meridional é esse alcance de navegabilidade fluvial do Araguaia, basta dizer que Barra do Garças está sobre a linha imaginária Leste-Oeste que liga Brasília a Cuiabá. Para o norte, o Araguaia é navegável até Xambioá, que fica a montante das corredeiras de Santa Isabel. Em ocasiões mais favoráveis, o Araguaia é navegável até Imperatriz, no Maranhão.

As cargas transportadas por via fluvial estão sendo transferidas em Xambioá para caminhões, que fazem por rodovia o trecho até Imperatriz. No caso de grãos, soja, por exemplo, a transferência é altamente mecanizada, por meio de sugadores. De Imperatriz, as cargas seguem por trem até o porto de Ponta da Madeira, em São Luís, operado pela Vale do Rio Doce. No trecho Imperatriz-Açaílândia, o trem percorre a Ferrovia Norte-Sul; daí em diante, a Ferrovia Carajás.

Esse transporte intermodal, combinando rio, rodovia e ferrovia, está-se revelando muito atraente economicamente. O tráfego de cargas está crescendo e várias empresas transportadoras estão-se habilitando a dele participar. De parte dos produtores da extensa região incluída no raio de influência

dessa alternativa, há claro interesse. A tonelada de soja, posta Rotterdam, pela opção "intermodal-São Luís", custa dezesseis dólares a menos que pela opção "rodovia-Paranaguá". É uma vantagem de um dólar em cada saca de soja!

Os investimentos, em sinalização, pequenas regularizações fluviais e dispositivos de embarque e transbordo, foram de pouca monta. As transportadoras privadas interessadas já estão encorrendo a construção de mais rebocadores e chatas, a ser financiada pelo Fundo de Marinha Mercante, do Ministério dos Transportes.

Esse sucesso inicial pode ser multiplicado muitas vezes por meio de investimentos de algumas dezenas de milhões de dólares, portanto, não caracterizando megaprojeto. Com eles, formar-se-ia uma hidrovia com melhores condições de operação. Estudo do BNDES aponta para os seguintes valores, em dólares - vejam como são inexpressivos: melhoria da navegabilidade do rio Tocantins no trecho entre Marabá e Imperatriz, 1,4 milhão; melhoria da navegabilidade do Tocantins entre Imperatriz e Miracema, no centro do Estado do Tocantins, 11,5 milhões; melhorias no rio Araguaia entre Aruanã, em Goiás, e Xambioá, no Tocantins, em extensão contínua navegável de 1.200 quilômetros, 46,6 milhões; construção de três portos fluviais no Tocantins, em Tocantinópolis, Miracema e Imperatriz, 1,1 milhão; construção de cinco portos fluviais no Araguaia, em Aruanã, São Félix, Cazeara, Conceição e Xambioá, 1,6 milhão. O total desses investimentos, US\$62,2 milhões, é muito pouco para a enorme repercussão que será alcançada em termos de produção, fluxo de riquezas e intercâmbios comerciais na região.

O caminho sólido parece ser este: a golpes de criatividade e investimentos modestíssimos, iniciar um fluxo, dar o exemplo. Num segundo momento, fazer investimentos maiores, ainda modestos, para intensificar o tráfego e a produção regional. Com essa intensificação, justificar-se-ão investimentos mais pesados, nos grandes eixos de transporte Norte-Sul, hidroviário e ferroviário, que permitirão, enfim, que se realize a enorme vontade de explodir em riquezas que pulsa no coração da região, esse futuro celeiro nacional.

As alternativas de transporte para a região, à medida em que se comprovam certas possibilidades, vão enriquecendo-se com novas opções. Concluído o novo trecho da Ferrovia Norte-Sul, de Imperatriz a Estreito, reduzir-se-á a parte rodoviária do transporte intermodal, a partir de Xambioá, com o correspondente barateamento do frete total até o

porto. Além disso, abre-se a possibilidade de navegação fluvial no médio Tocantins, a partir de Miracema, com transbordo de cargas em Estreito, no Maranhão, seguindo por ferrovia. O próprio sucesso do transporte por hidrovia irá estimular a continuação da Ferrovia Norte-Sul. Por exemplo, pode-se concluir a ponte no Estreito e estendê-la até Xambioá, no Tocantins.

Outras possibilidades ainda se apresentam. O BNDES tem o estudo de um canal lateral para ultrapassar as corredeiras de Santa Isabel, a uma fração do custo de uma hidrelétrica com eclusas, como era contemplado pelo Prodiat. Esse canal, somado à construção da eclusa em Tucuruí, tornaria possível a navegação até Belém.

É com satisfação que constato que o meu Estado do Tocantins está no núcleo desse processo, dessa vontade de crescer, dessa competência de progredir e de avançar. É vasto o potencial agropecuário do Tocantins, são imensas suas possibilidades em termos de aproveitamento de várzeas irrigáveis, de mineração, de energia hidroelétrica, de navegação fluvial.

Um exemplo notável do potencial de riqueza do Tocantins, que poderá florescer, uma vez disponíveis alternativas de escoamento de produção, é o grande projeto de irrigação denominado Projeto Javaés.

O rio Javaés, também chamado de Braço Menor do rio Araguaia, forma a ilha do Bananal pelo seu lado leste. Na margem direita do Javaés, em extensão de 300 quilômetros, correspondente à ilha do Bananal, existem várzeas úmidas, irrigáveis, em largura que varia de 10 a 50 quilômetros, totalizando uma área de 7.500 quilômetros quadrados, área maior que a do Distrito Federal.

Pois essa gigantesca várzea foi objeto de recente estudo, que demonstrou suas enormes possibilidades de produção agrícola. Resultou desse estudo o Projeto Javaés. Nele, estão definidas as áreas mais propícias para investimento em irrigação, na configuração chamada de *polders*, grandes extensões irrigáveis delimitadas por diques. Os *polders* são abastecidos de água por seis reservatórios formados a partir da regularização de afluentes da margem direita do Javaés. Cada reservatório e seu conjunto de *polders* constitui um subprojeto independente, de modo que o grande Projeto Javaés pode ser implantado por etapas.

A escala do projeto é realmente imensa: no total, seriam irrigados 330.000 hectares de *polders*, capazes de produzir 3,7 milhões de toneladas por ano de grãos, principalmente arroz, mas também milho e

soja, num valor anual aproximado de US\$200 milhões.

Os estudos de pré-viabilidade demonstraram ser esse um projeto economicamente muito atraente. Os investimentos na produção seriam da iniciativa privada, mas o Poder Público teria que fazer os investimentos iniciais de infra-estrutura, principalmente os associados à viabilização do escoamento da produção. Ora, aí está a hidrovia do Araguaia e o transporte intermodal do Corredor Norte-Sul de Exportação como grande solução para esse escoamento. Trata-se de caso típico do que pode ocorrer de mais positivo na região: os projetos de produção, viabilizando as grandes vias de transporte e, ao mesmo tempo, sendo por elas viabilizados.

O Brasil terá, mais cedo ou mais tarde, seu corredor de transporte, sua espinha dorsal de transporte, articulando o conjunto Centro-Oeste e Norte com o resto do País. A riqueza dessa região irá florescendo, justificando e estimulando as soluções mais ambiciosas. Acredito que, ao final de um processo natural de próspero desenvolvimento, teremos tanto a hidrovia, na sua total extensão, como a ferrovia, também na sua extensão maior.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em meu Estado, em minha Região, sabemos que é preciso agir prudentemente, mas não se pode deixar de pensar grande. É fórmula boa também para o resto deste nosso Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) - Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, por mais que manifestemos a nossa satisfação com alguns aspectos positivos do plano de estabilização da economia implantado pelo Governo Fernando Henrique, que tem buscado a todo custo a valorização da nossa moeda e a eliminação de um mal maior, que vinha infelicitando o povo brasileiro e devastando a economia nacional, que era a inflação, a estratégia de manutenção da política de juros elevados tem trazido consequências nefastas ao setor produtivo brasileiro, e também lhe cobrado um custo extremamente elevado.

A própria União tem observado a elevação exorbitante de sua dívida, de seus compromissos com a manutenção dessa política de juros altos. Chego a me questionar se realmente essa política precisa ser mantida nesse perfil tão alongado e se precisamos sacrificar o setor produtivo brasileiro a

esse ponto, quer a indústria, que não suporta os encargos que está pagando, quer a prestação de serviços, o setor agrícola, o setor de produção, que não suportam as seqüelas que estamos observando nos diversos segmentos: as empresas falindo, fechando e o desemprego aumentando. Devemos nos questionar se esse custo vale a pena ser pago para alcançarmos, em um espaço mais curto de tempo, a tão requerida e demandada estabilidade da nossa economia.

Represento um Estado pobre, novo, potencialmente rico, mas de riqueza latente. Mas, para que essa riqueza possa produzir efeitos que tragam à população condições melhores de vida e que contribuam para o fortalecimento da economia e da riqueza nacional, é preciso que investimentos ali sejam feitos. O Tocantins, com apenas sete anos, é um Estado provinciano do interior do País, carente da assistência e da infra-estrutura básica, de hidrovias, rodovias e ferrovias, o que torna os nossos custos muito mais elevados e aumenta sobremodo as dificuldades que temos de organizar a nossa economia.

O Tocantins tem como vocação natural da sua economia o setor primário, basicamente a agricultura e a pecuária - lá não temos como falar em química fina, informática, tecnologia de ponta, indústria pesada -, e a alternativa que resta ao seu povo é justamente estimular os pequenos produtores e as pequenas empresas, para que ofereçam condições necessárias à industrialização dessa matéria-prima que possamos ali produzir.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Permit-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Com prazer, ouço V. Ex^a, nobre Senador Epitacio Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Nobre Senador Leomar Quintanilha, é uma alegria ouvir V. Ex^a falar sobre o benjamin dos Estados, o Tocantins, que não só é rico potencialmente mas também pelos representantes que tem. Hoje, temos a presença de V. Ex^a na tribuna e, na Presidência da sessão, outro tocantinense, o nobre Senador João Rocha. Também ouvimos dois oradores do Tocantins defenderem a sua região. Isso é que é importante. Há alguns parlamentares que não representam seus Estados, mas outros interesses, como, por exemplo, a tecnologia de ponta, pois estão muito envolvidos nos seus negócios. Mas a preocupação de V. Ex^a é com o desenvolvimento do Tocantins, que hoje é governado por Siqueira Campos, o "pai da criança", pois foi de sua luta que nasceu esse Estado. Tive a oportunidade, acompanhando V. Ex^a e os Senadores João Ro-

cha e Carlos Patrocínio, de lutar pelos interesses do Tocantins. Estarei sempre pronto, assim como um reserva da Bancada do Tocantins, para lutar pela defesa do Centro-Oeste e particularmente desse Estado, que é o mais novo e que talvez seja o que mais rapidamente irá se desenvolver. Para caminhar, ele precisa que todos nós nos unamos e ofereçamos a nossa mão para, junto com V. Ex^a, darmos ao povo do Tocantins e da Região Centro-Oeste a certeza de que não estão sós nessa luta. Deveremos dar ao povo do Tocantins a certeza de que acreditamos naquele Estado, pelos representantes que possui, quer no Executivo, quer no Legislativo, principalmente nesta Casa do Congresso. Parabéns a V. Ex^a! Espero que continue como o grande defensor do seu Estado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Nobre Senador Epitacio Cafeteira, não é por acaso que V. Ex^a tem assento nesta Casa e coleciona, com muito orgulho para si, seus familiares e seus amigos, um sem-número de diplomas de representação popular. É porque V. Ex^a efetivamente sabe, com muita competência, defender e expressar o sentimento de seu povo, a brava gente maranhense.

Com muita alegria e satisfação, a convivência nesta Casa nos permitiu observar que temos em V. Ex^a um companheiro na defesa dos interesses do Estado do Tocantins, um Estado-irmão do Maranhão.

Nós, da Bancada tocantinense, e o Governador do Tocantins, Siqueira Campos, sabemos que o nosso Estado é privilegiado, pois tem não só três Senadores, mas quatro. Temos a convicção de que V. Ex^a defende os interesses do Tocantins com a mesma firmeza que defende os da sua própria terra, o Estado do Maranhão. Sensibilizamo-nos com isso e nos unimos ao seu sentimento e à determinação de fazer - como apregoou aqui o Senador João Rocha - com que o desenvolvimento deste País seja de forma federada, igualitária para todos os Estados. Não há um Estado melhor do que outro. Há Estados mais atrasados no seu estágio de desenvolvimento do que outros, porque houve para esses uma alocação privilegiada de recursos.

O Tocantins nasceu agora. Nasceu de uma luta do seu povo pelo inconformismo com a desatenção, com o abandono a que foi legado pelas oligarquias goianas que comandavam aquela região; uma região rica e importante, ligada ao Estado do Maranhão, mas que foi legada à postergação. Por essa razão, lutamos pela emancipação. Uma luta extraordinária, uma epopeia de vida. Uma histórica batalha

capitaneada pelo grande Deputado Siqueira Campos, que contou com o maciço apoio desta Casa, da Câmara dos Deputados, enfim, do Congresso Nacional. Aprovou-se por duas vezes consecutivas a criação do Estado do Tocantins, vetada pelo Presidente da época, mas, depois, novamente aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte, na sua condição soberana.

Hoje, quem tem acompanhado a História deste País pode verificar o quanto importante foi ter dividido aquela região. Hoje, a face sócio-econômica daquelas maravilhosas paragens, banhadas pelos rios Araguaia e Tocantins, já mostram um tom diferente, já demonstram que foi importante ter conquistado a sua autonomia política.

Volto, nobre Senador Epitacio Cafeteira, ao tema do meu pronunciamento, que é o inconformismo com a manutenção, nos patamares em que se encontram, dos juros neste País. Volto a falar que o Tocantins não tem outra alternativa econômica senão estimular a produção agrícola e pecuária, atividades para as quais a natureza o privilegiou. Não temos calor excessivo, não temos frio excessivo, não temos geadas, furacões, e as estações são definidas: chove seis meses e não chove os outros seis meses. A luminosidade do Tocantins, pela sua proximidade com o Equador, é uma das maiores do planeta, o que propicia uma condição extraordinária à fotossíntese, fator fundamental ao crescimento e à evolução da planta. E a agricultura é uma atividade nobre e importante.

Embora não tenha havido esse enfoque, nos últimos governos, os agricultores estão sendo tratados a fio de espada, num País onde a inflação acabou estimulando a especulação. Tinha valor quem especulava; quem produzia, não. Hoje, os agricultores estão marginalizados e endividados com um problema sério. A securitização não veio resolver o problema da agricultura, apenas o atenuou um pouquinho. Nunca se viu uma repercussão, um sentimento muito grande, por parte do Poder Executivo, de procurar solucionar o problema da agricultura, a exemplo do que estamos vendo agora com o sistema financeiro. Nas diversas nuances econômicas da História deste País, por todos os planos econômicos, entendo que o sistema financeiro passou ao largo sem sofrer as sequelas nefastas das tentativas de estabilização da moeda por que passou o País. Somente agora o sistema estremeceu nas suas bases e imediatamente já se encontrou uma solução para ele. Os produtores, não. Muitos passaram pelo constrangimen-

mento - agricultor, mulher e filhos - de ver seu título protestado, de ver a escritura de sua propriedade indo a leilão, de perder seu patrimônio, de ser expulso da atividade... E não encontraram uma solução para uma tentativa de sobrevivência numa atividade econômica que considero estratégica. O suprimento de alimentos é importante para o País - e o Governo tem que ter preocupação com isso - porque provê a mesa do povo brasileiro do elemento necessário à sua sobrevivência, que é o alimento.

O Sr. Romero Jucá - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Ouço, com muito prazer, o nobre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá - Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a fala hoje sobre a grandiosidade e a perspectiva do Estado do Tocantins, e fala também das dificuldades por que passa o Estado e especificamente a política agrícola, que não só faz vítimas no Tocantins, mas em todo o País. Gostaria de, rapidamente, aproveitar as palavras sérias e precisas de V. Ex^a para acrescentar ao discurso a cobrança ao Governo Federal de um programa, de um plano de desenvolvimento regional. Sem dúvida nenhuma, o Estado do Tocantins, um Estado grandioso e de grandes potenciais, assim como Roraima e Amapá, Estados novos, e principalmente os Estados do Norte e Nordeste do País carecem de um plano definido de desenvolvimento regional que possam enfrentar essa questão das desigualdades. E não há dúvida nenhuma de que, dentro dessa linha de desenvolvimento regional, a política agrícola definida, com taxas de juros específicas para produtos definidos regionalmente pela matriz de produção seria um passo importante que até hoje o País não teve. Gostaria de, fazendo coro às palavras de V. Ex^a, dizer que é de fundamental importância que toda essa potencialidade dos novos Estados, que toda essa potencialidade do Norte e do Nordeste do País seja efetivamente encarada com seriedade e receba o apoio necessário. Tenho certeza de que o bravo povo do Tocantins, que V. Ex^a representa, com o apoio necessário, terá condição de duplicar a produção de alimentos que hoje há no Estado, terá condição de gerar riquezas, de contribuir para que o País tenha o desenvolvimento que queremos. Meus parabéns a V. Ex^a pelas palavras e ao povo do Tocantins pelo Senador que tem aqui representando!

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Agradeço honrado o enriquecimento do meu pronunciamento com as colocações lúcidas e oportunas de V. Ex^a, as

quais incorporo ao meu pronunciamento, nobre Senador e grande companheiro defensor da região, Romero Jucá.

Nobre Senador Romero Jucá, o seu Estado, o Maranhão, o meu e os Estados da Região Norte, aliás, os Estados do Brasil, todos, têm uma vocação forte para a agricultura. E essa política equivocada de abandono da agricultura à própria sorte não tem trazido ou ensejado ao País a solução de um dos graves problemas que nos aflige a todos. Veja V. Ex^a que São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, as principais cidades do Sul e Sudeste, assim como Brasília, vivem em luta com o inchaço populacional, com a formação de favelas na sua periferia.

Estamos experimentando um verdadeiro assalto aos serviços públicos existentes na nossa cidade em razão desse fluxo migratório intenso de outras regiões para as cidades grandes, um êxodo permanente, continuado e sempre crescente do meio rural, pela desassistência e abandono a que foi legado o homem do campo.

Ora, a atividade agrícola seria o principal instrumento para evitar esse inchaço, esses índices de criminalidade, para evitar essa subvida que observamos nas grandes cidades brasileiras, inclusive aqui na Capital. Isso ocorre porque o homem se sentiu abandonado no campo, na sua atividade, não teve estímulo, condição. Tudo o que passava a produzir não tinha valor. O que tinha valor, sim, era vender um pedaço de terra e aplicar na caderneta de poupança, em RDB e CDB; era especular, sem gerar riqueza e emprego, para ganhar dinheiro, sendo estimulado ao ócio, sem trabalhar e produzir. É preciso inverter essa situação. Entendo que o plano estabilização da economia está nessa direção, mas não é possível alcançar sucesso sem estimular a produção, sem oferecer ao setor produtivo e particularmente à agricultura uma condição saudável de sobrevivência.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Ouço o nobre Senador Epitacio Cafeteira.

O Sr. Epitacio Cafeteira - Nobre Senador, do discurso de V. Ex^a ri quando disse que éramos vocacionados para a agricultura. Digo que só nos restou a agricultura. Na realidade, este País, que começou o seu desenvolvimento com a chegada de D. João VI, foi escolhendo os locais onde a direção, o Governo queria que houvesse desenvolvimento. Então, tivemos luz, gás, telefonia, tudo que se pode imaginar primeiro no Sul. Tudo custa muito a chegar ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste; às vezes, nem chega. As

sim, só nos resta plantar. Só nos restou a agricultura, que começou de subsistência. O homem, para não morrer, preparou a sua própria comida. Posteriormente, ele começou a produzir mais, num escala até já bem desenvolvida, buscando também a riqueza. O que precisamos é que o Governo entenda que só teremos o desenvolvimento do País se for integrado; não podemos pensar em desenvolver o Sul e continuar atrofiando o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. O Mercosul está dando condições muito melhores à Argentina do que ao Centro-Oeste, ao Norte e ao Nordeste. A troca de mercadorias onde já existe transporte fácil e o barateamento são muito maiores nos produtos dos países do Mercosul para o Sul do que para o Nordeste. Então, os nossos produtos ficaram, de certa forma, em situação desvantajosa com o Mercosul. Precisamos mostrar que este País tem que se desenvolver como um todo. Estamos, sim, fazendo um desenvolvimento agrário, mas não por vocação. É economia primária, e só a faz quem não pode fazer a secundária ou a terciária. Apesar de condenados a isso, temos que lutar para que possamos fazê-lo com dignidade, possamos fazê-lo sem precisar assistir a crianças fazendo carvão, condenadas a não serem coisa alguma, a morrerem mais cedo. Estamos vendo a nossa população correndo para cidades como Brasília ou para qualquer cidade desenvolvida. Hoje, São Paulo tem um potencial de nordestinos muito grande. O êxodo foi facilitado pela Belém-Brasília. Veio todo mundo do Norte. E veio para se assentar em Brasília, em São Paulo. Músicas foram feitas como "Peguei um ita no Norte e fui pro Rio morar...". Essa é a realidade. Estamos vivendo isso. Por que não fazemos algo para mudar? Vamos, pelo menos, gritar. Vamos pegar o microfone e dizer: Não! Chega! Basta! Nós só votaremos coisas que interessam aos desenvolvidos na medida em que, pelo menos, nos estenderem a mão para que não continuemos a ser um número no Congresso, um número no Senado. De forma muito democrática foram dados a cada Estado da Federação três representantes; no entanto, não temos a consciência disso, de que cada Estado - seja São Paulo, o mais desenvolvido, seja Tocantins, que é um benjamim de sete anos - tem o mesmo número de representantes, tem o mesmo poder de decisão nesta Casa do Congresso. Precisamos nos unir e estudar, como V. Ex^a disse, uma política de desenvolvimento em que cada Estado dessa região encontre o caminho do seu desenvolvimento mais rápido, desenvolvimento a que tem direito, para que não prossiga esse desnível, essa forma chocante de olharmos o homem da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste como um pária, como um abandonado, como um homem que não faz parte deste País. Parabéns a V. Ex^a. Continuo apoiando V. Ex^a, bem como qualquer movimento que possa unir as Bancadas com o obje-

tivo de levar desenvolvimento para os homens e mulheres que representamos. Os representantes do povo estão na Câmara; aqui, estão os representantes dos Estados.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Tem razão V. Ex^a, Senador Epitácio Cafeteira, quando diz que nós, pelo menos, temos que gritar para defender os interesses de nossa gente, ainda que a imprensa considere isso fisiologismo e critique a grita dos representantes das regiões mais pobres quando querem mostrar a sensibilidade que têm em defender, em procurar alocar recursos, ainda que pequenos, para a sua região que não foi contemplada no Orçamento da União.

Temos que gritar, sim, e temos que nos unir na hora de votar para que sejam alocados recursos compatíveis com as nossas necessidades e não com as riquezas que as regiões já têm. Por que as regiões mais ricas continuam levando mais dinheiro? Por que as regiões mais ricas continuam sendo melhor aquinhoadas? Por que as regiões mais ricas continuam sendo melhor contempladas? Temos que gritar, sim. Não importa que ainda existam pessoas que não têm sensibilidade para perceber que a região pobre também tem direito igual às regiões ricas.

Por isso, orgulha-me, sobremaneira, estar omnibreado com V. Ex^a nesta luta, com os demais companheiros que assim pensam, com os demais companheiros que defendem, como o Senador João Rocha, a igualdade dos povos, a igualdade das pessoas que habitam todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Nabor Júnior deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Rocha.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Concedo a palavra a V. Ex^a por cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA) - Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, faço um alerta aos Srs. Senadores desta Casa, alerta esse que deveria ser dirigido basicamente ao Presidente da República do Brasil.

O Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, fez um compromisso com o Congresso Nacional no sentido de que, ao aprovarmos a quebra do monopólio, a flexibilização do monopólio do petróleo neste País, a PETROBRÁS seria mantida

da como empresa estatal - jamais se poderia pensar em vendê-la. A própria lei que regulamentaria essa flexibilização do monopólio do petróleo seria no sentido de que a PETROBRÁS fosse mantida como empresa estatal.

Quero registrar, aqui, a manifestação do Presidente do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros.

No meu entendimento, Sr. Presidente, é tão grave essa manifestação que daria motivo à sua demissão. O Presidente da República deveria demiti-lo de pronto diante das afirmações públicas que ele vem fazendo.

Segundo o **Jornal do Comércio**, de 05/01/96, em uma reunião, ao ser questionado pelo repórter sobre a hipótese de o Presidente Fernando Henrique Cardoso encerrar seu governo com a privatização da empresa, ele respondeu:

"Eu, particularmente, acho que seria fantástico para o país. O Brasil já é uma economia suficientemente sofisticada para não ter necessidade de o setor petróleo estar nas mãos do Estado". A declaração de Mendonça de Barros foi feita após o almoço na Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.)

Durante debate que se seguiu ao almoço, ele já havia dito que espera que a Petrobrás "perca ao longo do tempo essa característica de empresa estatal". A privatização da Petrobrás havia sido retirada de pauta pelo Governo durante as negociações que levaram à aprovação da emenda que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo."

A manifestação do Sr. Luiz Carlos Mendonça de Barros contraria uma determinação, contraria a palavra do Presidente do Brasil e, no meu entendimento, esse senhor deveria ser imediatamente demitido. Apesar de ocupar um cargo de confiança do Governo, o Sr. Mendonça de Barros fala diferentemente daquilo que o Presidente da República assumiu como compromisso seu diante deste Congresso Nacional.

Quero ressaltar ainda os dados de outra reportagem, em que a Petrobrás é tida como uma das quinze melhores empresas do mundo, estando colocada em 15º lugar no ranking mundial entre as empresas de petróleo que existem no nosso Planeta. Ela passou do 18º lugar, no ano passado, para o 15º atualmente.

Essa publicação, trazendo a posição da Petrobrás em 15º lugar, destaca também que "dentre as 50 maiores e melhores empresas, 28 são estatais

(19 são 100% estatais; nove têm participação majoritária estatal; cinco têm participação minoritária estatal) e apenas 17 são totalmente privadas".

É preciso, Sr. Presidente, ter atenção a esses fatos. É preciso também que o Presidente seja respeitado nos seus compromissos pelos seus auxiliares de Governo. Entendo que afirmações como essas são extremamente graves e contribuem para o descrédito do Presidente da República do Brasil.

Era este o registro que eu gostaria de fazer, esperando que as minhas palavras e a minha manifestação cheguem à assessoria do Presidente da República do Brasil, quiçá até a Sua Excelência, que se encontra na Índia. Mas espero também que o Sr. Marco Maciel tenha conhecimento do fato e tome providências sobre as declarações descabidas do Sr. Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, apresentei à Mesa, na sessão de hoje, projeto de lei que "dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade, e dá outras providências".

Trata-se de medida que se reveste, inquestionavelmente, do mais amplo alcance social em toda a Região Amazônica, porque visa a estender, aos trabalhadores localizados em seus seringais nativos, os mesmos benefícios recebidos pelos pescadores artesanais durante os períodos de defeso, estabelecidos pela Lei 8.287, de 20 de dezembro de 1991.

Como se recorda, Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqueles pescadores, durante um longo período do ano, ficam impossibilitados de exercer suas atividades, obedecendo à proibição estabelecida pelos órgãos governamentais, notadamente no período das piracemas, quando os peixes se reproduzem.

Esses pescadores ficavam três, quatro meses, sem poder trabalhar, porque lhes eram vedados os meios necessários à manutenção de suas famílias - o que, historicamente, originava um problema social dos mais graves. Afinal, são homens de origem humilde e que não possuem outra qualificação profissional, a não ser para o exercício da atividade pesqueira. Viam-se obrigados a, durante um largo período do ano, suspender o trabalho e ficar sem renda

para o custeio das despesas normais com a manutenção de suas famílias.

O Governo, sensível a esse problema, encaminhou ao Congresso Nacional o projeto de lei que, aprovado, converteu-se na Lei nº 8.287, criando a obrigação formal de garantir aos pescadores artesanais o direito de perceber o seguro-desemprego durante a época da entressafra - situação praticamente análoga àquela visada pelo meu projeto, ao conceder esse direito também aos seringueiros da Amazônia, que, a exemplo dos pescadores durante grande parte do ano, se vêem impossibilitados de exercer as suas atividades normais. São muitos os argumentos em favor do projeto; basta que se diga, por exemplo, que um seringueiro, na Amazônia, trabalha no máximo 120 dias por ano, considerando que no período chuvoso, de novembro a abril, essa atividade é totalmente impraticável, pois chove quase diariamente na Amazônia.

Também no mês de agosto, quando as árvores estão mudando seu ciclo vegetativo, elas ficam ressequidas e não produzem látex que justifique o trabalho do seringueiro, esse homem que sempre foi - e ainda hoje é - o responsável pelo principal suporte da economia da Amazônia, a extração da borracha natural.

Por isso, espero contar com o apoio dos meus ilustres pares ao projeto que estou apresentando, para amparar milhares de trabalhadores da Amazônia, cuja renda é inferior a meio salário mínimo mensal.

Ao elaborá-lo, fui buscar a vivência da minha origem, de homem nascido em seringal.

Também explorei essa atividade econômica durante algum tempo, atividade que foi a de meu pai e de meus familiares. Conheço profundamente, portanto, a realidade do homem que vive no interior da Amazônia, sobretudo na atividade penosa de extração da borracha. São pessoas hoje totalmente desamparadas, porque ficam quase seis meses sem poder trabalhar, sem auferir nenhuma renda.

Espero que a Casa tenha a necessária sensibilidade para, analisando este projeto, aprová-lo - e fazer com que o Governo Federal passe também a amparar esse trabalhador que, como disse anteriormente, é o responsável ainda pelo principal suporte da economia regional da Amazônia.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os recursos do seguro-desemprego são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, instituído pela Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. São montantes bastantes expressivos, tanto que, vez por outra, o Governo deles se utiliza, repassando-os para outras

de suas atividades, como aquelas ligadas ao pagamento de folha de pessoal, empréstimos a Ministérios etc. - fundos que pertencem à massa trabalhadora do Brasil e, portanto, encontrarão uso justo e digno, ao socorrer os seringueiros da Amazônia, da mesma forma como fez em relação aos pescadores artesanais.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão:

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, gostaria de citar a expressão shakespeareana, "ser ou não ser, eis a questão". Refiro-me mais especificamente à questão da participação de Ministros de Estado nas campanhas eleitorais.

Quero afirmar que nos últimos dias a imprensa tem noticiado posições favoráveis, posições contrárias, posições intermediárias. Há aqueles, portanto, que estão a favor da participação de Ministros na campanha de 1996; há aqueles que são contra essa participação e há aqueles que acham que uns podem colaborar e outros podem até prejudicar, dependendo do Ministro que estiver atuando na campanha eleitoral.

Sr. Presidente, quando digo "ser ou não ser, eis a questão", faço-o porque houve uma afirmação inicial de que os Ministros de Estado não participariam da campanha eleitoral. Parece que foi uma decisão governamental.

Já, hoje, abrimos os jornais na parte da manhã e vemos o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Índia, afirmar que devem participar da campanha eleitoral.

Penso que isso não deveria ser motivo para celeuma. Os Ministros de Estado são cidadãos. Eu mesmo já fui Ministro, por três vezes, e participei de campanha eleitoral. O Ministro tem o direito, tem o acesso.

Agora, é preciso ver como essa campanha eleitoral vai dar-se. Na Grã-Bretanha, por exemplo, os Ministros de Estado originários da Câmara dos Comuns. São os chamados Secretários que participam normalmente da campanha eleitoral, até por que vão cogitar de suas próprias reeleições.

É preciso distinguir o que é a participação, como vai ser a participação. Não vejo mal algum em que o Ministro de Estado suba ao palanque, discorde ou não discorde, fale ou deixe de falar, ou que vá a um encontro público, ou a uma passeata, ou a

uma caminhada, ou a uma visita a um mercado público, ou a uma biblioteca, seja como for, como acontece normalmente, usualmente, permanentemente, costumeiramente nas campanhas eleitorais.

E acho mais, acho que pode participar, por exemplo, de debates. Será que porque está investido das funções de Ministro de Estado e é político está o Ministro proibido de ir a uma manifestação pública ou a um meeting? Acho que não!

Há que distinguir entre a participação do Ministro e a participação do Ministério. Se, obviamente, ele toma atitudes, se ele toma providências administrativas que visem beneficiar a candidato "a" ou a candidato "b", então ele estará incorrendo em falta grave. Se ele procura, direta ou indiretamente, liberar verbas do seu Ministério para aquele que é o candidato, por exemplo, do prefeito à prefeitura, para beneficiar, indiretamente, o candidato a prefeito com mais obras e mais empregos, ele estará, obviamente, distorcendo a boa moralidade e os bons costumes. E acredito que ele não possa fazer isso.

Mas participar, no sentido da cidadania, acho até que é uma obrigação. Não faço restrição. Há poucos dias, o Ministro das Comunicações disse que vai aos palanques. Acho que ele está certo, que pode ir aos palanques, deve até ir, é bom que vá.

No entanto, uma cautela deve ser tomada, por qualquer Ministro de Estado, com relação aos coligados. Por exemplo: num determinado Estado, os que detêm mandatos majoritários, a meu ver, devem tomar cuidado quando há dois coligados candidatos a prefeito. Às vezes eles apóiam o candidato do seu Partido esquecendo-se de que o outro candidato é, igualmente, da coligação que sustenta o Governo do Estado. Então, eu acho que um Ministro do meu Partido, o PFL, pode ir, mas não é recomendável que ele vá quando há dois coligados. Se há um do PTB, por exemplo, ou do PSDB; se há candidatos do PFL ou do PSDB num município, aí, sim, acirrar-se-ão os ânimos.

É preciso, pois, que a participação também tenha essa conotação de natureza política, que possam ser observadas, rigorosa, precipua e objetivamente, essas duas questões: a da não participação administrativa e a da participação política.

Recomendo, sugiro, deixo aqui a minha opinião de que os Ministros abstenham-se de subir a palanques quando há coligados de outras siglas, porque aí, sim, vai criar-se uma celeuma no Governo - e eu chamo a atenção para isso -, pois se o determinado Ministro do PFL subir num palanque pefelista no município "x" do Estado "y", ele vai, naturalmente, gerar

reclamações do candidato do PSDB, que vai pedir a presença de Ministro do PSDB no seu comício porque o do PFL foi ao palanque do PFL. Aí gerar-se-á, no seio do próprio Governo - e eu chamo a atenção -, atritos. Imaginem no Congresso!

É preciso saber como pisar, é preciso pisar em terreno firme. Quando houver, obviamente, um candidato de um partido e outro de outro partido que não seja da coligação governamental, acho até bom. Senão correr-se-á o risco de até mesmo na administração pública haver desentendimentos. E, por que não dizer, no seio do Governo. E isso prejudicará o andamento das coisas e teremos realmente dificuldades imprevisíveis no curso da campanha.

Resumindo: participar, sim, de atos públicos; nunca com medidas administrativas, até porque recordo-me que votamos aqui a lei eleitoral, na qual há a proibição expressa de liberação de verbas no período que antecede a eleição, a partir já do segundo semestre deste ano. Mais do que inconveniente, é ilegal.

Agora, pode haver uma ficção de direito também. O Ministro pode chegar e dizer: - Mas eu libero depois, mais adiante nós vamos fazer a liberação. Isso poderá acontecer e deverá ser evitado. Em todos os casos tem que ser uma participação de cidadão.

E, finalmente, com relação a essa participação, acho que ela deva ser cautelosa e cuidadosa nas hostes dos aliados do Governo, sob pena de prejuízos de natureza administrativa, causando efeitos secundários, mas malévolos, no seio do próprio Governo.

Essas coisas, Sr. Presidente, são mais ou menos como aquelas diferenças que existem entre o Nordeste e o Sul do País. Ninguém é contra que se cuide bem de São Paulo, que é o carro chefe, o carro motriz da Federação brasileira. Ao contrário, quão mais fortalecido, melhor para todo o País. Mas devemos lembrar que as regiões mais carentes, como o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste precisam também ter atendidas as suas reivindicações.

Agora, por exemplo, o Governo está propondo, com R\$15 bilhões, o saneamento do BANESPA. Com R\$2 bilhões seriam concluídas todas as obras hídricas do Nordeste brasileiro. São dois pesos e duas medidas. "Ser ou não ser, eis a questão." E aí é preciso que tanto política quanto administrativamente tenhamos cuidado.

Foram liberados para o Rio de Janeiro quase um 1 bilhão de reais, quantia cinco vezes maior do que o orçamento do FINOR. Esta é outra grande injustiça do "ser ou não ser" neste País, quando vemos que o Nordeste cresceu, nos últimos 6 anos, meio por cento negativo, ou seja, o Nordeste decresceu. Isso é arriscado.

É por isso que Senadores e Deputados da região vão apresentar ao Presidente da República um espelho de suas reivindicações, das medidas preconizadas em matéria de infra-estrutura, de financiamento e de descentralização industrial, daquilo que é necessário para o soerguimento da região.

Vemos também que 50% da dívida do BANES-PA serão cobertos com a emissão de títulos públicos - a ser aprovada ou não aprovada por este Senado - e os outros 50% com a venda de bens imóveis para o Governo Federal.

Eu gostaria de dizer que, na minha concepção, aeroporto sempre foi próprio federal. Aliás, não digo sempre. Há aeroportos privados, como o de Porto Seguro, na Bahia, que é altamente bem administrado, em condições - parece-me - de excepcional eficiência financeira. Aproveito para elogiar a Infraero, que é um exemplo de boa administração de empresa pública.

A meu ver, os Aeroporto de Cumbica e de Congonhas são próprios federais, a não ser que amanhã me provem, por meio de escritura, que são próprios estaduais. Mas a sua administração é federal, como a dos portos brasileiros.

Quero apenas dizer que a situação de dois pesos e duas medidas precisa ser compensada no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio de uma medida equânime. O que se deseja é que aja uma atitude mais justa com as regiões e Estados da Federação brasileira.

Por isso, tanto na política quanto na administração, "ser ou não ser" continua mesmo sendo a questão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, fiz minha inscrição para falar rapidamente nesta manhã sobre três questões que considero importantes. A primeira delas diz respeito ao que mencionou, há poucos instantes, o ilustre Líder do PSDB, Senador Ademir An-

drade, sobre as declarações do Presidente do BNDES.

Entendo o zelo e o carinho que o Senador Ademir Andrade tem pela Petrobrás - aliás, todos nós o temos expressado. O próprio Presidente da República, em documento firmado ao Senador Ronaldo Cunha Lima, quando da votação da emenda constitucional do petróleo, expressou a sua posição contrária à venda da Petrobrás.

Gostaria de fazer esses esclarecimentos, porque entendo, como disse, o zelo do Senador Ademir Andrade, mas entendo também - e gostaria de ressaltar esta posição - que S. Ex^a foi muito severo. O Senador Ademir Andrade pôde ler a matéria, em que se expressava o Presidente do BNDES, Mendonça de Barros.

A matéria é textual quando diz que o Presidente do BNDES falou em caráter pessoal, quando expressou a sua visão determinada sobre a questão das privatizações no País. Jamais - é importante que se esclareça - anunciou a venda ou a colocação da Petrobrás no processo de privatização.

Eu gostaria de fazer essa ressalva para, definitivamente, esclarecer a matéria. Creio que não cabe nenhum pedido de demissão do Presidente do BNDES; pelo contrário, até porque, no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, há um processo democrático de livre pensar. É claro que cada membro do Governo pode expressar sua opinião sobre qualquer assunto.

Porém, há uma grande diferença entre opinião pessoal e opinião do Governo. Quem emite a opinião do Governo é o Presidente da República ou os Ministros por ele autorizados. É bom lembrar que, na escala governamental, o Presidente do BNDES está subordinado ao Ministro da Fazenda e o Ministro da Fazenda, ao Presidente da República.

Eu gostaria de fazer esse esclarecimento, ressalvando o zelo do Senador Ademir Andrade. Mas, efetivamente, o Presidente da República colocou e mantém a sua palavra quanto ao BNDES, e não há nenhuma orientação do Governo contrária a isso.

A segunda questão que eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, diz respeito aos debates ocorridos ontem, neste plenário. Infelizmente, não pude estar presente, pois me encontrava na Comissão de Orçamento, da qual faço parte e sou Sub-Relator da área de Saúde.

Vejo, hoje, no **Jornal do Senado**, um debate travado entre o Professor e Senador Josaphat Marinho e

o Senador José Roberto Arruda, representante do Distrito Federal. Gostaria, também em relação a esse assunto, de fazer algumas colocações que considero importantes.

Entendo a posição do Senador José Roberto Arruda, de querer fazer prevalecer e valorizar as emendas de Bancada, as emendas coletivas, as emendas expressas na prioridade das Bancadas. Mas entendo também - e quero fazer coro às palavras do Senador Josaphat Marinho, do Senador Flaviano Melo, do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Senador João Rocha - que as emendas individuais são legítimas, em primeiro lugar, porque representam aspirações de Municípios ou de Estados representados por todos os Parlamentares. Creio que seria a negação da representatividade parlamentar se qualquer membro deste Congresso negasse a autoria, a viabilidade ou a seriedade de emendas individuais. Chamar emenda individual de paroquial é desconhecer o País, é desconhecer as necessidades básicas dos Municípios e é desconhecer as necessidades básicas de nossa gente.

Se a Bancada do Distrito Federal optou por não apresentar emendas individuais, nós a respeitamos. Porém, uma posição isolada não deve servir de coro para condenar a posição de outros Parlamentares, até porque, Sr. Presidente, é importante analisar tecnicamente e politicamente essa questão, para ressaltar uma diferenciação fundamental entre o Distrito Federal e os outros Estados da Federação. O Distrito Federal não tem municípios; o Distrito Federal só tem uma unidade orçamentária para receber recursos, que é exatamente o Governo do Distrito Federal, que foi contemplado com as emendas de Bancada.

Portanto, nem o Senador José Roberto Arruda, nem o Senador Lauro Campos, nem o Senador Valmir Campelo poderiam destacar emendas individuais para municípios, pelo simples fato de que não existem no Distrito Federal. Diferente do Estado de Minas Gerais, do Estado de Roraima, do Estado do Tocantins ou de qualquer outro, que têm 100, 200, 300 ou 500 municípios. Há Estados com até 800 municípios, o que significa, na verdade, que 10 emendas prioritárias de Bancada efetivamente não contemplariam as necessidades básicas desses municípios.

Dessa forma, entendendo também a posição do Senador José Roberto Arruda, mas com seriedade e humildade, discordo de S. Ex^a e faço coro à posição dos outros Senadores, representantes

dos Estados que defenderam as emendas individuais.

Digo ainda que, particularmente, como Sub-Relator do Orçamento, como responsável pelas áreas da Saúde, do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, procurei acatar as emendas individuais, porque entendo a representatividade e a importância das mesmas.

Por fim, Sr. Presidente, a última questão que gostaria de tratar também é seriíssima.

Hoje, fomos, de certa forma, brindados pela imprensa com informações do Banco Central extremamente graves. O Presidente do Banco Central, na primeira página do **Correio Braziliense**, afirmou que o Sr. Ângelo Calmon de Sá ou que o Banco Econômico desviou US\$0,5 bilhão dos cofres do Banco Econômico para paraísos fiscais. Ora, partindo do Banco Central essa constatação, esse fato transforma-se em uma lástima!

Faço, portanto, coro com as palavras proferidas esta semana pelo Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB, em discurso nesta Casa. Se desde 1991 o Banco Econômico está com luz vermelha dentro do Banco Central, se desde 1991 o Banco Central sabe que o Banco Econômico apresentava ou pelo menos inspirava cuidados, por que não acompanhou balanços e esse tipo de remessa de recursos para o exterior? Como chega agora a direção do Banco Central e diz à sociedade brasileira que fomos lesados em US\$500 milhões? Isso é uma brincadeira!

Essa é uma questão gravíssima e que deve servir de alerta - como foi dito aqui por diversos Senadores esta semana - para que o Banco Central não passe a ser ou não continue sendo apenas um mero "carimbador" de balanços de bancos. O Banco Central tem que ter a responsabilidade de investigar; se houver algum banco "com luz vermelha", muito mais atenção terão que dedicar as autoridades bancárias nacionais. Não se pode deixar um banco à revelia, sabendo-se que vai estourar, e permitir que os acionistas e a sua direção transfiram recursos para paraísos fiscais para livrar o prejuízo e deixar esse rombo para a Nação. Estão aí o Banco Econômico, o Banespa, o PROER; este, transferindo bilhões e bilhões de recursos que deveriam estar sendo direcionados para o desenvolvimento regional, para a agricultura, para o fortalecimento do emprego. Estamos tapando buraco de baneiros, porque o Banco Central efetivamente

não cumpriu, no momento correto, a ação que deve-riacumprir.

Se o Banco Econômico, desde 1991, tivesse tido um acompanhamento especial, um acompanhamento do seu balanço, com as suas operações sendo monitoradas, sem dúvida nenhuma o Banco Central não diria hoje que foram desviados US\$500 milhões para paraísos fiscais.

Gostaria aqui de fazer esse alerta, a fim de que o Ministro Pedro Malan, o Ministro José Serra e a própria direção econômica do País, tão ciosos em cortar gastos em determinados pontos de caráter social, recomendem ao Banco Central a seriedade e a dureza necessárias para combater esses absurdos, dos quais a sociedade brasileira toma conhecimento toda semana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Rocha) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h10min.)

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. HUGO NAPOLEÃO NA SESSÃO DE
25/01/96 QUE SE REPUBLICA POR HA-
VER SAÍDO COM INCORREÇÕES NA AN-
TERIOR**

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, peço a palavra para uma breve comunicação, nos termos regimentais.

Teresina, Capital do meu Estado, foi assolada por uma brutal ventania, na tarde de anteontem, 23 do corrente, ventania decorrente de temporal que se converteu em vendaval e que, por sua vez, transformou-se em tragédia, conforme foi amplamente noticiado pelas edições de hoje, dos jornais locais, *O Dia* e *Meio Norte*. Basta dizer a V. Ex^{as}s que estava preparado no Ginásio de Esportes Dirceu Arcoverde, conhecido como Verdão, inaugurado em 1978, pelo ex-Governador do mesmo nome, um show do cantor Roberto Carlos que se daria horas depois. Por uma dessas infelicidades, todo o teto do estádio ruiu, mas por felicidade, ainda não havia ninguém presente. Só havia os equipamentos eletrônicos do próprio cantor e de seu conjunto. Felizmente, lá não houve prejuízos de natureza humana.

O próprio cantor Roberto Carlos declarou que Jesus lhe acompanha os passos e que o ampara e o apóia, por isso, foi salvo. Segundo o Diretor da FAGEP – Fundação de Assistência Geral aos Desportos do Piauí, estavam, ainda, programados shows dos conjuntos Mamonas Assassinas e Paralamas do Sucesso.

Não preciso dizer dos prejuízos para o entretenimento, para o lazer e para os esportes no Piauí e, sobretudo, na Capital. Bastaria destacar importantes eventos que se realizam naquele Ginásio, entre os quais, o Campeonato Brasileiro de Voleibol; Campeonato Brasileiro Adulto de Futebol de Salão; Jogos da Liga Norte-Nordeste de Voleibol; posse de arcebispos de Teresina; Reuniões Ecumênicas; Seminários Nacionais e Internacionais. Mas devo referir-me também, às árvores caídas, em torno de quatrocentas. Em virtude da queda de postes, a rede bancária viu-se, também, com sérios prejuízos. Os bancos ficaram totalmente impedidos de atender os seus clientes, fosse para depósitos, investimentos, retiradas ou empréstimos.

A Prefeitura mobilizou 560 homens; a Companhia de Energia do Piauí – CEPISA, fez o esforço que lhe foi possível. Mas o Estado, evidentemente, é um Estado carente. Basta dizer que ruiu também o teto da Companhia local do Guaraná Kero, houve abalroamentos, problemas com aparelhos eletrodomésticos; problemas, por exemplo, com o acesso à Loberá, as Lojas Brasileiras. Vários e vários trabalhadores não puderam sair de seus locais de trabalho. É claro que os hospitais também receberam, de toda a cidade, os seus feridos. Houve mortes. Ventos de mais de 100 quilômetros por hora arrastaram automóveis, placas e outros utensílios.

O serviço de meteorologia nada previu, mas justificou-se, depois, dizendo que foi um excesso de nuvens cúmulos-nimbos, os chamados CB, que tanto assustam as companhias aéreas.

Enfim, Sr. Presidente, é claro que nem o Governo do Estado nem a Prefeitura estarão em condições de suprir e recuperar esses prejuízos.

Apelo, então, ao Secretário de Desenvolvimento Regional para que dê o apoio necessário aos trabalhos empreendidos pela Prefeitura, e ao Ministério da Educação e do Desporto para que colabore, definitivamente, na recuperação do Ginásio Verdão, a fim de que a FAGEP tenha as condições necessárias de promover a continuidade do entretenimento e dos esportes para a formação dos jovens do meu Estado.

Era o que tinha a dizer.

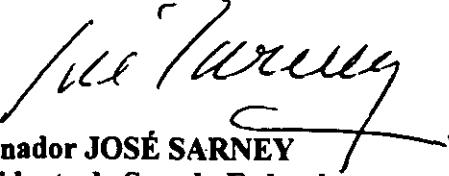
ATO DO PRESIDENTE
Nº. 03 , de 1996

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º. do artigo 6º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº. 42, de 1993,

R E S O L V E

Nomear **MARIA LUCIA DA SILVA PIRES** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor, Símbolo FC-07, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Subsecretaria de Comissões.

Senado Federal, 25 de janeiro de 1996..



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 83 , DE 1996 (*)

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º., § 2º., do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE designar o servidor JÚLIO CÉSAR SILVA PERÉS, matrícula 4693, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de transporte, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de Motorista, Símbolo FC-2, do Gabinete da Liderança do PPB, com efeitos financeiros a partir de 05 dezembro de 1995.

Senado Federal, 22 de janeiro de 1996



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

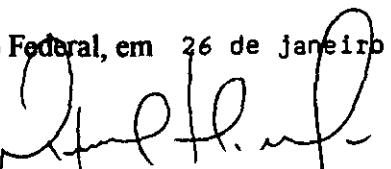
(*) Republicado por haver sido publicado com incorreção no DSF de 23.01.96.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 113 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993,

RESOLVE nomear LUCIMAR MIRANDA SILVA ALVES para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete da Presidência do Senado Federal.

Senado Federal, em 26 de Janeiro de 1996.

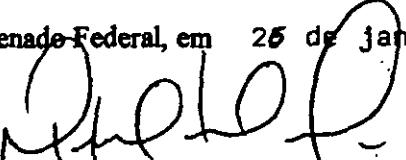

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 114 , DE 1996

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.131/96-2,

R E S O L V E aposentar, voluntariamente, ROSELI SILVEIRA, Analista Legislativo, Área 2 - Especialidade Biblioteconomia, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993; e no artigo 1º da Resolução SF nº 76, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 1996.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE JANEIRO DE 1996, ÀS 10:45 HORAS.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de janeiro de mil novecentos e noventa e seis, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, Valmir Campelo, Lúdio Coelho, Carlos Patrocínio, Fernando Bezerra, Romero Jucá, Vilson Kleinübing, João França, Ronaldo Cunha Lima, Epitácio Cafeteira, Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Gilvan Borges, Elcio Alvares, Sérgio Machado, Leomar Quintanilha, Jonas Pinheiro, Onofre Quinan, Joel de Hollanda, Esperidião Amin, Lúcio Alcântara, José Roberto Arruda, João Rocha, Bello Parga, Geraldo Melo, Pedro Simon, Josaphat Marinho, Osmar Dias, Freitas Neto, Carlos Bezerra, Mauro Miranda, Carlos Wilson, Pedro Piva, Arlindo Porto e Ney Suassuna, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Ramez Tebet, Francelino Pereira, Beni Veras e Junia Marise. Havendo número regimental o senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, à seguir, passa a palavra ao Senador Fernando Bezerra, relator do PLC Nº 115/93, que regula direitos e obrigações à propriedade industrial.", para que leia seu parecer sobre as emendas de Plenário oferecidas à matéria. O relator reitera o Substitutivo originalmente oferecido pela CAE com as modificações decorrentes das subemendas 01 a 07, oferecidas em virtude do acolhimento parcial das emendas 243, 245, 246, 255, 262, 263, 264 e 265, sendo rejeitadas as demais emendas de Plenário. Colocado em discussão o parecer do relator, são

oferecidos os seguintes requerimentos de destaque às emendas de Plenário oferecidas ao PLC Nº 115/93: 01- Autor: Senador Lauro Campos; Emenda nº 245-PLEN, de autoria do Senador Geraldo Melo; Artigo: 10,IX (modificativa); 02- Autor: Senador Lauro Campos; Emenda nº 263-PLEN, de autoria do Senador Jonas Pinheiro; Artigo 10,IX (modificativa); 03- Autor: Senador Lauro Campos; Emenda nº 246-PLEN, de autoria do Senador Geraldo Melo; Artigo 18,III (modificativa); 04- Autor: Senador Lauro Campos; Emenda nº 264-PLEN, de autoria do Senador Jonas Pinheiro; Artigo: 22,§1º (supressiva); 05- Autor: Senador Lauro Campos; Emenda nº 265-PLEN, de autoria do Senador Jonas Pinheiro; Artigo: 24,§único (modificativa); 06- Autor: Senador Lauro Campos; Emenda nº 255-PLEN, de autoria do Senador Jonas Pinheiro; Artigo: 195,XIV (aditiva); 07- Autor: Senador Ney Suassuna; Emenda nº 258-PLEN, de autoria da Senadora Junia Marise; Artigos: 227, 228 e 229 (modificativa/supressiva); 08- Autor: Senador Lauro Campos; Emenda nº 261-PLEN, de autoria do Senador José Eduardo Dutra; Artigo: 240 (modificativa). Em seguida o parecer do relator é submetido a votação e aprovado, ressalvados os destaques. Passa-se, a seguir, à apreciação do PLC Nº 124/95-COMPLEMENTAR, que "institui fonte de custeio para a manutenção da Seguridade Social, na forma do § 4º do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências.", cujo relator, Senador Eduardo Suplicy, apresenta parecer favorável nos termos das emendas que apresenta e contrário à emenda nº 01. Em discussão o parecer, falam os Senadores Elcio Alvares, Gilberto Miranda, Eduardo Suplicy e Pedro Simon. Uma vez que há pedido de urgência para que a matéria seja apreciada em Plenário, a Comissão decide, com a anuência do relator, que a matéria seja apreciada diretamente em Plenário, mantendo-se o Senador Eduardo Suplicy como relator. Em seguida, o senhor Presidente concede a palavra ao Senador

Vilson Kleinübing, relator da MSF Nº 103/96, "Proposta do Senhor Presidente da República para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US \$ 160,000,000.00 (cento e sessenta milhões de dólares norte-americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, destinada a financiar, parcialmente, o programa de ciência e tecnologia, cuja execução ficará a cargo da financiadora de estudos e Projetos-FINEP.", para que leia o seu parecer, favorável nos termos do PRS que apresenta. Não havendo quem queira discutir, o parecer é submetido a votação e é aprovado, com voto contrário do Senador Lauro Campos. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Adriana Dantas de Mariz, secretária adoc, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Gilberto Miranda

Presidente

MESA
Presidente
José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
Ermandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário
Antonio Carlos Valadares – PSB – SE
José Eduardo Dutra – PT – SE
Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR
Ney Suassuna – PMDB – PB

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores Substitutos
(Eleitos em 16-3-95).
1º) Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º) Senador Joel de Holanda – PFL – PE
3º) Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emilia Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder
Elcio Alvares – PFL – ES
Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS
Luiz Alberto de Oliveira – PTB – PR

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvan Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Holanda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado

Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB
Líder
Epitácio Cafeteira
Vice-Líderes
Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT
Líder
Eduardo Suplicy
Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB
Líder
Valmir Campelo
Vice-Líder
Arlindo Porto

LIDERANÇA DO PDT
Líder
Júnia Marise

LIDERANÇA DO PPS
Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB
Líder
Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PSL
Líder
Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camara
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Omellas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Parocchio
3. Vilson Kleintübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lício Alcântara
2. Pedro Piva

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB

PTB

1. Epitácio Cafeteira

1. Lucídio Portella

PP

PT

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PDT

PT

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

1. Lauro Campos

Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02

PPR

ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *5	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *4	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE *1	PA -2101/02

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-VAGO	
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60

PP

JOÃO FRANÇA *7	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL *8	AM-2081/82
OSMAR DIAS *2	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *9	DF-2011/12

PDT

JUNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

*1 - ADEMIR ANDRADE(PSB) - vaga cedida pelo PT

*2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*8 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*9 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
PEDRO SIMON	RS-3230/32
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	8-VAGO
PFL	
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BELLO PARGA	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
VAGO	7-JOEL DE HOLANDA 8-JOSÉ AGRIPINO
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
VAGO	1-ARTUR DA TÁVOLA 2-JOSÉ BIANCO 3-EDISON LOBÃO 4-ELCIO ALVARES 5-FREITAS NETO 6-JOEL DE HOLANDA 7-JOSÉ AGRIPINO
PPR	
LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/77
LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/57
	1-ESPERIDIÃO AMIN *4 2-EPITÁCIO CAFETEIRA *5
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA 2-VAGO
PP	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES *6	SE-2201/04
OSMAR DIAS *1	PR-2121/27
	1-JOÃO FRANÇA *7 2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8
PTB	
EMILIA FERNANDES	RS-2331/34
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
	1-VAGO 2-LUÍZ ALBERTO OLIVEIRA
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
	1-JUNIA MARISE
PSB / PL / PPS	
VAGO	1-VAGO

- *1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *4 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	G0-2031/37
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
RAMEZ TEbet	MS-2221/27
JADER BARBALHO	PA-3051/53
1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/87
5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
4-JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
5-FREITAS NETO	PI-2131/37
6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
JEFFERSON PERES	AM-2061/67
1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
2-BENI VERAS	CE-3242/43
3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR	
ESPERIDIÃO AMIN *3	SC-4206/07
	1-EPITÁCIO CAFETEIRA *4
	MA-4073/74
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
	1-BENEDITA DA SILVA
	RJ-2171/77
PP	
BERNARDO CABRAL *5	AM-2081/87
	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES *6
	SE-2201/04
PTB	
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60
	1-ARLINDO PORTO
	MG-2321/27
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
	1-JÚNIA MARISE
	MG-4751/52
PSB	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07
	1- EDUARDO SUPlicy *1
	SP-3215/16
PL	
ROMEU TUMA *2	SP-2051/57
	1- VAGO
PPS	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
	1- VAGO

*1 - EDUARDO SUPlicy (PT) - vaga cedida pelo PSB

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB em 25/10/95

*6 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
5-vago	
6-vago	
7-vago	
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
vago	
vago	
1-vago	
2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
5-BELLO PARGA	MA-3069/70
6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
7-vago	
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
vago	
1-BENI VERAS	CE-3242/43
2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
4-vago	
PPR	
EPITÁCIO CAFETEIRA *4	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/72
1-LUCÍDIO PORTELLA *6	PI-3055/56
2-ESPERIDIÃO AMIN *7	SC-4206/07
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PP	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA *8	DF-2011/12
VAGO	
1-OSMAR DIAS *2	PR-2121/22
2-BERNARDO CABRAL *9	AM-2081/82
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
MARLUCE PINTO *3	RR-1101/1201
1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46

- *1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT
- *2 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95
- *3 - MARLUCE PINTO - desligou-se do PTB em 1º/06/95
- *4 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *6 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *7 - ESPERIDIÃO AMIN - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95
- *8 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95
- *9 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)**TITULARES****SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		

PSDB

CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		

PPR

EPITÁCIO CAFETEIRA *1	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA *2	TO-2071/72
-----------------------	------------	-------------------------	------------

PT

EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURÓ CAMPOS	DF-2341/42
-----------------	------------	----------------	------------

PP

ANTÔNIO CARLOS VALADARES *3	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA *4	RR-3067/68
-----------------------------	------------	------------------	------------

PTB

LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
--------------------------	------------	------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
---------------	------------	--	--

PSL / PL / PPS

vago

*1 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*2 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*3 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOÃO FRANÇA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1095

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGripino Maia

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSÓN CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGripino	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457

PPR

LUCÍDIO PORTELLA *3	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA *5	TO-2071/2077
---------------------	--------------	-------------------------	--------------

PP

JOSÉ ROBERTO ARRUDA *4	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS *1	PR-2121/2127
------------------------	--------------	-----------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG-2321/2321	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
---------------	--------------	--------------------	--------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PL

ROMEU TUMA *2	SP-2051/2052	1-VAGO	
---------------	--------------	--------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

*1 - OSMAR DIAS - desligou-se do PP em 22/06/95

*2 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*3 - LUCÍDIO PORTELLA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*4 - JOSÉ ROBERTO ARRUDA - desligou-se do PP em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*5 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPIINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR	
EPITÁCIO CAFETEIRA *2	MA-4073/74
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP	
BERNARDO CABRAL *4	AM-2081/87
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PSB / PL / PPS	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
	1-MARLUCE PINTO
	2-FERNANDO BEZERRA
	3-RONALDO CUNHA LIMA
	4-GERSON CAMATA
	5-IRIS REZENDE
	RR-1101/4062
	RN-2461/67
	PB-2421/27
	ES-3203/04
	GO-2031/37
	MT-2271/77
	MA-3069/72
	TO-4071/72
	SE-4055/57
	SC-2041/47
	ES-2021/27
	PE-2451/57
	SP-2351/53
	TO-3055/57
	AC-2181/87
	SE-2201/04
	MG-2321/22
	RJ-3188/89
	PA-2101/07

*1 - ROMEU TUMA - desligou-se do PL em 07/06/95

*2 - EPITÁCIO CAFETEIRA - desligou-se do PPR em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

*3 - LEOMAR QUINTANILHA - desligou-se do PPR em virtude da fusão PP/PPR, em 25/10/95

*4 - BERNARDO CABRAL - desligou-se do PP e também do PPB, em 25/10/95

*5 - ANTONIO CARLOS VALADARES - desligou-se do PP, em virtude da fusão do PP/PPR, em 25/10/95

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
 FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaça Casildo Maldaner	Marluce Pinto ¹ Roberto Requião
	PFL
Vilson Kleinübing Romero Jucá	Joel de Hollanda Júlio Campos
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
	PPB
Esperidião Amin	
Emilia Fernandes	PTB

Osmar Dias ²	PP
	PT
	Benedita da Silva Eduardo Suplicy Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB
Luciano Pizzatto Paulo Bornhausen	Antônio Ueno José Carlos Vieira
	PMDB
Paulo Ritzel Valdir Colatto	Elias Abrahão Rivaldo Macari
	PSDB
Franco Montoro	Yeda Crusius
	PPB
Rogério Silva	João Pizzolatti
	PP
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
	PT
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 126 · abril/junho - 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos para Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvértidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n., da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimaraes Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Héleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamennon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência comprensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 127 · Julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnoldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sérvelo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo

Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronesi

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidez “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Soto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luís Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Silvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGILATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD/ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodases.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUIDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

**Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.^o andar — 70165-900 — Brasília — DF**

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900**

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS